



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Departamento de Antropologia – DAN

**Resistência Terena: um estudo do impacto do  
agronegócio sobre a Terra Indígena Buriti, Mato Grosso  
do Sul**

Marina de Barros Fonseca  
Brasília, 2017





Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Departamento de Antropologia – DAN

## **Resistência Terena: um estudo do impacto do agronegócio sobre a Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul**

Monografia de Graduação

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.

Marina de Barros Fonseca

Orientador: Prof. Dr. Stephen Grant Baines (DAN/UnB)

Examinador:

Prof. Dr. Cristhian Teófilo da Silva (ELA/UnB)

Brasília, 2017



“Ahora quiero vivir  
junto a mi hijo y mi hermano  
la primavera que todos  
vamos construyendo a diario.

No me asusta la amenaza,  
patrones de la miseria,  
la estrella de la esperanza  
continuará siendo nuestra.

Vientos del pueblo me llaman,  
vientos del pueblo me llevan,  
me esparcen el corazón  
y me aventan la garganta.

Así cantará el poeta  
mientras el alma me suene  
por los caminos del pueblo  
desde ahora y para siempre”

*Para Oziel Gabriel Terena (que tombou na luta) e Rafael Braga (sua liberdade está próxima).*

## **Agradecimentos**

Aos meus pais por sempre terem feito o possível e o impossível para me dar acesso a todo o conhecimento que precisei, por me darem todo o apoio financeiro e emocional para a confecção deste trabalho e durante toda a minha trajetória universitária. Eu nunca me esqueço de onde nossa família veio e onde chegamos, e graças a vocês eu sei a quem meu conhecimento deve servir. Ao meu pai que, contrariando as estatísticas, foi a primeira pessoa da família a se formar em uma universidade. A minha mãe, a mulher mais guerreira que eu já conheci e que todo dia me ensina que o conhecimento não vem apenas da universidade. Agradeço também a minha irmã que sempre me mostrou que a universidade é um lugar que deve ser ocupado por nós. Obrigada por nunca me deixarem desistir.

Ao professor e orientador Stephen Grant Baines por aceitar me orientar e me acompanhar nesta jornada, sempre disposto a me ajudar em tudo.

Aos meus camaradas que continuam firmes na luta combativa na UnB e em seus locais de trabalho, estudo e moradia. Um agradecimento especial para aqueles que me acompanharam durante a graduação e foram essenciais para o meu processo de formação política.

Ao Jucinei Ukuyo Terena, sem você meu trabalho de campo não teria sido possível. Agradeço especialmente também ao Seu Jucelino, Dona Celina e toda a sua família que me acolheram da forma mais carinhosa possível.

A todos os guerreiros e guerreiras Terena que não recuam sob nenhuma hipótese e que me ensinaram que a luta pela liberdade é necessária para a nossa sobrevivência, e que é necessário estar disposta a dar a vida pelo seu povo.

Aos meus melhores amigos Hugo Martino, Victor Pires, Lucas Piccolo, Daniel Reis e Arthur, vocês sempre me apoiaram em todos os momentos e me ajudaram em tudo que eu precisei. Agradeço também a Juliana Pessoa, Bruna Araújo, Caio Fábio, Conrado Albertini, Renata Rocha, Órion Coppe e aos outros grandes amigos que fiz neste tempo de UnB.

Ao Raphael Silva e todos de Campo Grande que me acolheram, me alimentaram (muito bem) e me ajudaram durante as minhas estadias no Mato Grosso do Sul.

A Maria Amélia e todos os terceirizados e servidores da UnB, sem vocês a universidade não funcionaria, todo o conhecimento que eu produzo é para vocês e toda a classe trabalhadora.

## Resumo

O processo histórico de espoliação das terras indígenas no Brasil, que continua a ocorrer nos dias atuais numa cooperação entre Estado e burguesia, fomentou um processo de resistência pela ação direta dos povos indígenas que culminou no processo de retomada de terras. A presente pesquisa é oriunda do trabalho de campo realizado na Terra Indígena Buriti e tem como foco as retomadas de terra realizadas na região. Ao fazer uma análise das retomadas de terras como processo de resistência ao avanço do agronegócio sobre o território Terena, é feito um apanhado sobre a economia do Mato Grosso do Sul e de sua importância no cenário nacional. Também é realizado um resgate dos três processos de territorialização pelo qual os Terenas de Buriti passaram. Os conflitos agrários na região já fizeram diversas vítimas, seja por ataques de seguranças das fazendas ou pela violência policial nas reintegrações de posse, mas junto aos ataques veio a resistência indígena organizada, entidades como o Conselho do Povo Terena ajudam a articular as retomadas de terra com a base indígena nas aldeias. A pesquisa também perpassa pelas tentativas de judicialização da luta indígena no poder legislativo e da participação dos Terenas na política institucional.

**Palavras-chave:** Retomada de terra, Terena, Terra Indígena Buriti, CPI do CIMI.

## **Lista de tabelas, mapas e imagens**

**Tabela 1** – Dados de violência contra povos indígenas em 2015. (Elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário).

**Tabela 2** – Comparativo dos assassinatos de indígenas no Brasil e no Mato Grosso do Sul de 2003 a 2015. (Elaborada pelo Conselho Indigenista Missionário).

**Tabela 3** – Ocupação de Terras por Índios em Mato Grosso do Sul. (Elaborada pelo Movimento Nacional dos Produtores).

**Mapa 1** – Localização da Terra Indígena Buriti. (Fonte: OLIVEIRA & PEREIRA, 2012).

**Mapa 2** – Plotagem dos 17.200 hectares reivindicados como parte da Terra Indígena Buriti. (Fonte: OLIVEIRA & PEREIRA, 2012).

**Figura 1** – Símbolo do Conselho Terena.

**Foto 1** – Casa de Jurandir na retomada da Fazenda Buriti. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 2** – Dona Celina cozinhando em Buriti. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 3** – Decoração da Escola Indígena na Aldeia do Bananal. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 4** – Guerreiros de Buriti na dança do “bate-pau” (IX Assembleia Terena). Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 5** – Guerreiro de Buriti dançando o “bate-pau” (IX Assembleia Terena). Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 6** – Fechamento da BR-626 em protesto durante a IX Assembleia Terena. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 7** – Dança do bate-pau no fechamento da BR 262 durante a IX Assembleia Terena. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.



**Foto 8** – Mulheres e bebe Terena danças no fechamento da BR 262 durante a IX Assembleia Terena. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 9** – Fechamento da BR 262 em protesto durante a IX Assembleia Terena. Fotografia: Marina Fonseca, novembro de 2016.

**Foto 10** – Manifestação na Esplanada dos Ministério durante o XIV Acampamento Terra Livre. Fotografia: Marina Fonseca, abril de 2017.

**Foto 11** – Manifestação na Esplanada dos Ministério durante o XIV Acampamento Terra Livre. Fotografia: Marina Fonseca, abril de 2017.

**Foto 12** – Corrida ao Congresso na Manifestação na Esplanada dos Ministério durante o XIV Acampamento Terra Livre. Fotografia: Marina Fonseca, abril de 2017.

**Foto 13** – “Um caixão para cada indígena morto em 2016”. Fotografia: Marina Fonseca, abril de 2017.

**Foto 14** – Meninas brincam na manifestação durante o XIV Acampamento Terra Livre. Fotografia: Marina Fonseca, abril de 2017.

# Sumário

Introdução.....	1
Sobre a pesquisa.....	3
Capítulo 1.....	5
1.1 Mato Grosso do Sul: capital e violência .....	5
1.2 Caracterização e Processos de Territorialização da TI Buriti.....	8
Capítulo 2.....	23
2.1 Retomada e Resistência.....	23
2.2 Repressão: Oziel, Josiel e os guerreiros .....	34
Capítulo 3.....	39
3.1 Brigando na Caneta.....	39
3.1.1 CPI do CIMI .....	39
3.1.2 CPI FUNAI/INCRA.....	43
3.2 Participação na Política Institucional .....	46
3.3 A Organização Indígena pela Base .....	48
Considerações Finais .....	55
Referências Bibliográficas.....	58
Caderno de Imagens .....	62

## Introdução

*“Nesse nosso estado o que vale mais mesmo é  
o boi e a soja, mais do que nós indígenas”*

A luta por terras acompanha o Brasil desde o estabelecimento de plantações em seu território que veio sempre acompanhada de violência e resistência, conceitos que sempre andaram juntos no Brasil, o avanço da fronteira agrícola acirrou o processo de expulsão dos indígenas de suas terras de ocupação tradicional para instalação de *plantations*, pastos bovinos e outros grandes empreendimentos agropecuários. Na região centro-oeste estes conflitos se tornam bem evidentes de meados do século XX para cá devido à importância econômica da produção da região e o intenso processo de resistência dos indígenas.

A situação do Mato Grosso do Sul é especialmente intensa e chega a assemelhar a uma guerra civil em algumas localidades, os ataques contra as retomadas de terras dos Guarani-Kaiowa e dos Terenas vem deixando dezenas de mortos. A retomada de terra, tema central da presente monografia, podem ser entendidas como processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios. (ALARCON, 2013). Nas retomadas de terra a luta ocorre contra dois principais setores: empresários do setor agropecuário, que reivindicam a posse de terras de ocupação tradicional indígena; e o Estado Brasileiro, que além da lentidão no processo de demarcação de terras não ajuda a garantir os territórios já conquistados.

O objetivo central dessa pesquisa foi, além de complementar os estudos sobre as retomadas que ainda são poucos, entender a influência que o avanço da fronteira agrícola no Mato Grosso do Sul teve no processo de retomadas de terra indígenas, assim como entender como se desenrola a ação da retomada. O principal fator que desencadeou as retomadas de terra é a falta de ação por parte do Estado, que se mostra aliado do agronegócio. A minha estadia em campo acabou me despertando novos interesses de pesquisa, como a participação dos Terenas na política institucional do Estado e entender os

ataques sofridos pelos guerreiros que tombaram em luta como Oziel Gabriel Terena, que foi morto pela polícia federal em 30 de maio de 2013 durante a reintegração de posse da fazenda Buriti, e de Josiel Terena, que ficou paraplégico após ser baleado por seguranças do fazendeiro e ex-deputado estadual Ricardo Bacha na retomada Buriti em 4 de junho de 2013.

Para chegar até a questão das retomadas trarei um panorama geral da história de ocupação e da importância do Mato Grosso do Sul na economia nacional e internacional e a relação que isto tem com a situação dos indígenas que lá habitam e com o processo de espoliação de suas terras. Além de uma breve caracterização da Terra Indígena e da aldeia Buriti, onde a pesquisa foi realizada, irei também tratar sobre seus três processos de territorialização ocorridos na TI Buriti: o primeiro durante e após a guerra do Paraguai (ocorrida entre os anos de 1864 a 1870), na qual os Terenas tiveram intensa participação; o segundo que ocorre entre as décadas de 1920 e 1930 com a tentativa de implementação de uma política oficial de assentamento pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI); e o terceiro (e atual processo) que é o foco deste trabalho que é a situação de retomada que tem início no final dos anos 2000.

Mais à frente tratarei sobre o processo de resistência pela ação direta em si, as formas de organização pela base dentro das aldeias e para a articulação de retomadas. Desde os anos 1970 se tem um forte processo de reorganização étnica no Brasil com a realização de assembleias regionais e nacionais, formação de organizações indígenas e organizações de apoio da sociedade civil para tomar frente na luta pelos direitos dos indígenas, após a constituição de 1988 tais entidades se fortalecem ainda mais para efetivar seus direitos garantidos constitucionalmente e na atualidade ajudam na organização e manutenção de retomadas de terra.

Todo processo de resistência popular vem acompanhado de repressão, e no caso da luta indígena tal repressão é intensa e cruel. Além de se utilizar de violência física e assassinatos como foi colocado anteriormente a repressão também ataca os indígenas e seus apoiadores por vias legais na atualidade. A exemplo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ocorrida na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul

(ALMS) em 2015 e a CPI da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ocorrida em 2016 e 2017 ocorrida no Congresso Nacional, ambas tentam criminalizar não só os indígenas e outras comunidades tradicionais que realizam as retomadas e organizam a sua aldeia pela base como entidades e antropólogos que prestam seu apoio na luta indígena pela efetivação de seus direitos constitucionalmente garantidos.

É importante ressaltar que uma das ideias centrais do presente trabalho é que os indígenas são os verdadeiros donos de seus territórios de ocupação tradicional e atual e que por diversos fatores tiveram que se descolar para outros lugares, e que os empresários do setor do agronegócio são os reais invasores de terras no Mato Grosso do Sul, com uma longa história de usurpação de territórios indígenas.

### **Sobre a pesquisa**

A presente monografia é fruto do trabalho de campo realizado juntos aos Terenas de Buriti durante cerca de um mês, no período compreendido entre outubro e novembro de 2016. Além da minha estadia em Buriti, os fatos aqui narrados e analisados também ocorreram durante a 9º Grande Assembleia do Povo Terena (TI Taunay/Ipeg – novembro de 2016), o 10º Acampamento Terra Livre (Brasília – abril de 2017) e a 10ª Grande Assembleia do Povo Terena (TI Buriti – junho de 2017).

Foram várias tardes ensolaradas embaixo do galpão com telhado de palha tomando (ou pelo menos tentando tomar) tereré<sup>1</sup> e conversando com os Terenas Dona Celina e Seu Juscelino que me receberam e acolheram em sua casa, cuidando das crianças junto com suas filhas ou até rodando as aldeias de carro com Jucinei Ukuyo, que sempre muito solícito me levava para conhecer mais pessoas que poderiam me ajudar na pesquisa. Isso tudo além dos importantes espaços políticos na IX e na X Grande Assembleia Terena, além de é claro seus espaços de confraternização com bailões e churrascos.

---

<sup>1</sup> Bebido típica da região feita com a infusão de erva-mate com água gelada.

Um ponto que sempre permeou as conversas foi a questão da volta, não só da devolutiva da pesquisa realizada, mas a continuidade das relações afetivas construídas em campo. Foram vários relatos de pesquisadores que após concluírem a pesquisa nunca voltaram à aldeia e nem ao menos mandaram uma carta. Quando retornei à aldeia Buriti para a X Grande Assembleia do Povo Terena visitei a casa de Seu Juscelino e fui surpreendida quando ele me disse “você disse que ia voltar e voltou mesmo né? ”, e em meia hora de conversa fui atualizada sobre tudo que tinha acontecido na aldeia durante o tempo que estive fora.

Minha entrada em campo se deu sob uma condição colocada pelo cacique que é a de não usar o nome de parte dos guerreiros, pois a perseguição por eles sofrida tanto pelo Governo quanto pelos fazendeiros locais é intensa e continua a ocorrer. Por isso parte dos nomes utilizados nesta monografia foram alterados para preservar a identidade e a segurança dos guerreiros e guerreiras Terenas, todos os nomes que foram alterados estão devidamente sinalizados.

## Capítulo 1

### 1.1 Mato Grosso do Sul: capital e violência

Para melhor compreender a atual situação e o processo de formação da TI Buriti é necessário fazer um panorama geral sobre o estado do Mato Grosso do Sul, sua formação populacional e a sua importância no cenário econômico nacional e internacional.

O estado do Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população autodeclarada indígena do país (cerca de 77 mil pessoas), ficando atrás apenas do Amazonas (cerca de 183 mil pessoas)<sup>2</sup>. De acordo com o antropólogo Levi Marques os ancestrais da atual população terena se radicaram no território do atual estado de Mato Grosso do Sul desde pelo menos a segunda metade do século XVIII, conforme registram inúmeras fontes históricas (PEREIRA, 2009)

A região Centro-Oeste tem um papel central na economia do país, concentrando 40,8% da produção agrícola nacional, sendo que o estado que possui o 3º maior rebanho bovino do país. A produção agropecuária tem um papel chave na economia do estado, e é importante destacar que a maior parte das terras estão concentradas nas mãos de poucas pessoas, cerca de 78% das terras do estado estão concentradas em 14% dos estabelecimentos agrícolas.<sup>3</sup>

A agronegócio foi responsável por 95,2% das exportações do estado do Mato Grosso do Sul em 2016 sendo a soja o principal produto, o estado é também o terceiro maior produtor de milho do país. A produção agrícola vem expandindo cada vez mais na região devido a facilidade de escoamento da produção, visto a proximidade do estado de São Paulo e a grande quantidade de rodovias.

A relação entre a importância econômica da produção agropecuária do estado e os índices de violência contra os povos indígenas é impossível de não ser notada, principalmente no caso do Mato Grosso do Sul, como é colocado por Andrey Ferreira:

---

<sup>2</sup> Censo Demográfico do IBGE 2010.

<sup>3</sup> Censo Agropecuário IBGE 1996.

As atividades econômicas regionais são profundamente marcadas pela importância do setor do agronegócio, especialmente das atividades agropecuárias, potencializando os conflitos territoriais e agrários. O setor agropecuário do Mato Grosso do Sul é chave para a economia. (FERREIRA, 2013. Pag. 92).

De acordo com os dados levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 2015 foram registrados 182 casos de violência contra a pessoa<sup>4</sup> indígena, sendo 51 das ocorrências no estado do Mato Grosso do Sul. Para termos uma base de comparação foram registrados 20 casos de violência contra a pessoa no estado do Amazonas, que tem uma população indígena mais que duas vezes maior que a do Mato Grosso do Sul.

UF	Assassinato	Tentativa de assassinato	Homicídio culposo	Ameaça de morte	Ameaças várias	Lesões corporais dolosas	Abuso de poder	Racismo e discriminação étnico culturais	Violência sexual	Total de Casos
AC	1				1	1	1			4
AL		1								1
AM	5	2		2	5	3	3			20
AP	3								1	4
BA	5				1		1	2		9
CE				1			1			2
DF								1		1
GO	1							1		2
MA	3	7	3	6	11	1		1		32
MG	1	1	1				1			4
MS	20	12	5	1	1	5	1	3	3	51
MT		3			1	1		1	1	7
PA	2	1	1		1			2		7
PE	1									1
PR	5	2	2							9
RO	1			1	2					4
RR								1	2	3
RS		1	3		1	1		1	1	8
SC	1	1	3	1						6
SP					1				1	2
TO	5									5
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>25</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>182</b>

Tabela 1 – Dados de violência contra povos indígenas em 2015 (elaborada pelo CIMI)

<sup>4</sup> A categoria abrange assassinatos, tentativas de assassinato, homicídio culposo, ameaça de morte, ameaças várias, lesões corporais dolosas, abuso de poder, racismo/discriminação étnico cultural e violência sexual.



### Assassinatos no Brasil e no Mato Grosso do Sul – 2003 a 2015

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	Média
Total no Brasil	42	37	43	58	92	60	60	60	51	60	53	138 <sup>1</sup>	137 <sup>2</sup>	891	68
Nº absoluto MS	13	16	28	28	53	42	33	34	32	37	33	41 <sup>3</sup>	36 <sup>4</sup>	426	32
Nº absoluto restante	29	21	15	30	39	18	27	26	19	23	20	97	101	465	36
MS (%)	31%	43%	65%	48%	58%	70%	55%	57%	63%	62%	62%	29%	26%	47%	47%

1 Dados oficiais fornecidos pela Sesai - 2 Dados oficiais fornecidos pela Sesai e pelo Dsei-MS - 3 Dados oficiais fornecidos pela Sesai - 4 Dados oficiais fornecidos pelo Dsei-MS

Tabela 2 – Comparativo dos assassinatos de indígenas no Brasil e no MS de 2003 a 2015

É importante colocar que os dados de violência contra os povos indígenas no Brasil são escassos e muitas vezes subestimados, pois muitas mortes não são notificadas ou não são categorizadas como um ataque a um indígena, como aconteceu com o indígena Guajajara que foi encontrado escalpelado dentro de um açude e sua morte não foi considerada como um crime de ódio contra a etnia<sup>5</sup>. Ressalta-se, no próprio relatório do CIMI, as dificuldades de analisar os dados do Sesai devido a superficialidade dos mesmos:

Em resposta, a Sesai encaminhou um ofício em que reconhece que os dados enviados são defasados: “os dados ainda carecem de melhor qualificação, tanto por não considerar as informações do FormSUS, quanto por deficiência que ainda persiste na alimentação do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) e na própria qualificação dos dados, conforme foi justificado”. [...]

Estes dados, no entanto, não permitem uma análise mais aprofundada, visto que não foram apresentadas informações detalhadas das ocorrências, tais como faixa etária das vítimas, localidade, povo, etc. A fragilidade destes dados dificulta uma clara percepção da autoria dos homicídios, se eles tiveram como pano de fundo a disputa pela terra ou, nesse sentido, se são consequência do fato dos indígenas não estarem vivendo em seus territórios tradicionais. (Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – 2015. Pag. 83)

O poder legislativo do estado também está a serviço do agronegócio e dos proprietários de latifúndios, como fica evidente na CPI do CIMI realizada pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul para investigar “a participação do CIMI na incitação dos conflitos por terra no MS”. O ex-deputado estadual Ricardo Bacha (PMDB) inclusive se afirma como dono de fazendas que estão em território Terena.

<sup>5</sup> [http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=9047&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=9047&action=read)

Voltaremos a tratar da CPI do CIMI, o conteúdo de seu relatório e de seus desdobramentos mais à frente, juntamente com as outras formas de repressão física, simbólica e judicial que os Terenas vêm sofrendo entre elas a CPI da FUNAI/INCRA que teve seu relatório final entregue em maio de 2017.

O maior foco de conflitos entre indígenas e fazendeiros no MS na atualidade é a região de Dourados, cidade a cerca de 200 km da capital Campo Grande, onde estão concentradas as terras dos Guarani-Kaiowa. Os indígenas foram alocados em pequenas reservas muito próximas das fazendas da região (que estão dentro de seu território de ocupação tradicional e que estão sendo retomadas pelos indígenas) o que acaba ocasionando diversos ataques contra esses povos até mesmo dentro de suas terras já homologadas.

## **1.2 Caracterização e Processos de Territorialização da TI Buriti.**

A Terra Indígena Buriti está localizada a cerca de 20 quilômetros do município de Dois Irmãos do Buriti e se estende também para o município de Sidrolândia, a TI é dividida entre as seguintes aldeias: Buriti, Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Barreirinho, Oliveira, Lagoinha e Olho D'Água. Meu campo foi realizado na aldeia Buriti, que é dividida em vilas baseadas em troncos familiares<sup>6</sup> sendo elas: Isabel, Tarumã, Cará, Cruzeiro, Varjão, Nossa Sr.<sup>a</sup> Aparecida, Cerradinho, Ouro Verde, Gabriel e Buritizinho. A definição de aldeia para os Terena é colocada por Jorge Eremites de Oliveira e Levi Pereira como:

O conceito de aldeia usado pelos Terena de Buriti tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território. Eles geralmente se referem à ideia de “aldeia” como o lugar ocupado por um ou mais “troncos familiares. (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007. Pag. 9)

A TI Buriti compreende uma área de 17.200 hectares de ocupação tradicional e já declarados pela FUNAI, mas tendo apenas 2.090 ha homologados pelo governo federal. As retomadas realizadas desde 2003 foram

---

<sup>6</sup> “Tais “troncos familiares” podem ser entendidos como unidade de ocupação, quer dizer, espaços ocupados por unidades familiares ligadas por laços de parentesco, aliança e reciprocidade.” (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007.)

todas realizadas na área de cerca de 15.110 ha ainda não homologadas pelo governo, mas já reconhecidas enquanto terras de ocupação tradicional pelo relatório antropológico feito por Gilberto Azanha em 2001.



Mapa 1 – Localização da TI Buriti



A área já homologada da TI se encontra dentro dos limites do município de Dois Irmãos do Buriti, porém os Terenas de Buriti frequentam mais o município de Sidrolândia que é consideravelmente maior. As oportunidades de trabalho, variedade de opções de comércio e a presença da aldeia urbana Tereré auxiliam na proximidade entre a aldeia e o município, inclusive a bandeira de São Sebastião<sup>7</sup> passa pela aldeia Tereré antes de ir para Buriti.

A TI é habitada quase que exclusivamente pela etnia Terena, um dos subgrupos Guaná ou Chané da família linguística Aruák, contando com uma pequena população de Kadiweu e Kirikinaus que lá moram devido casamentos ocorridos entre as etnias. Existem também alguns poucos *purutuye*<sup>8</sup> que de tempos em tempos residem por alguns meses/anos na aldeia, sendo eles muitas vezes professores, antropólogos, linguistas ou outros acadêmicos.

Muitas pesquisas etnográficas foram realizadas junto aos Terenas ao longo dos séculos XX e XXI, sendo Roberto Cardoso de Oliveira um dos principais pesquisadores na área com as publicações “Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena” (1976), “Urbanização e Tribalismo: A integração dos Índios Terenas Numa Sociedade de Classes” (1968) que trata da organização dos Terenas nas reservas indígenas e da inserção dos Terenas no meio urbano, e “Os Diários e Suas Margens: Viagens aos territórios Terena e Tukuna” (2002), um compilado de seus diários de campo escritos nos anos 1950.

A produção acadêmica sobre os Terena foi tema da dissertação de mestrado de Andrey Cordeiro Ferreira (2002). Levi Marques ao analisar a pesquisa de Andrey afirma que ele:

Demonstra que os estudos sobre os Terena desempenharam um papel de grande expressão na produção literária da antropologia brasileira, alimentando os debates desenvolvidos em torno de temas como aculturação, assimilação, integração e fricção. (PEREIRA, 2013. Pag. 30)

---

<sup>7</sup> A bandeira de São Sebastião é uma preparação para as festividades do santo que é facilmente explicada pelas palavras da professora Eva “O meu avô José Bernardo fez uma promessa a São Sebastião que, se acabasse a epidemia, ele faria uma festa todos os anos no dia 19 de janeiro em sua homenagem. A febre amarela foi embora, os Terena ficaram livres. A partir do ano de 1928, a festa de São Sebastião começou, hoje está com 83 anos e meu pai Juscelino Bernardo Figueiredo, filho do José Bernardo, que comanda a Festa de São Sebastião e quando ele for será nós os filhos que daremos continuidade. ”

<sup>8</sup> Palavra Terena para designar não indígenas.

A partir dos anos 1990 se inicia um movimento de renovação na etnografia Terena (PEREIRA, 2013), que analisa os novos fenômenos ocorridos as aldeias Terenas como a situação de retomada e o atual protagonismo dos Terenas nas produções acadêmicas sobre sua cultura, história, territórios e conflitos. O Terena Mario Ney Rodrigues Salvador por exemplo é autor da dissertação de mestrado em ciências sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) “Os Índios Terena e a Agroindústria No Mato Grosso Do Sul: A Relação Capital-Trabalho e a Questão Indígena Atual” (2012), que trata de:

A relação capital-trabalho e a “questão indígena” (entendida como problemas sociais colocados às sociedades indígenas) e construir a história das relações entre capital e trabalho e da formação do campo das relações de trabalho agroindustriais. (SALVADOR, 2012. Pag.7)

Dentro da aldeia Buriti algumas normas que ajudam a “reger” o convívio social na aldeia Buriti merecem um destaque, pois tratam sobre dois pontos centrais para os povos indígenas na atualidade: consumo de álcool e a atuação de igrejas. O consumo de bebidas alcoólicas é permitido dentro da aldeia apenas entre as 18h das sextas-feiras às 18h dos domingos, sendo vedada a venda fora dos *bailões*, festas que acontecem na aldeia nas quais quase todos vão para dançar Chamamé<sup>9</sup>, e durante estas festas apenas o *tronco familiar* que organizou é liberado para comercializar as bebidas. Tais medidas para controle do consumo de álcool na aldeia foram tomadas pelo cacique Rodrigues (atual cacique) devido aos alarmantes índices de alcoolismo entre indígenas, principalmente naquelas aldeias que são próximas de centros urbanos, e pelos problemas que o consumo excessivo de álcool (mesmo por pessoas que não sofrem de alcoolismo) trazem para a população local, o álcool no imaginário popular local inclusive tende a ser quase que automaticamente ligado a situações de violência.

Sobre a questão das igrejas poderia escrever uma monografia inteira apenas sobre a relação dos Terenas de Buriti com igrejas evangélicas e católicas, porém não poderia deixar de falar – mesmo que brevemente – sobre

---

<sup>9</sup> Chamamé é um estilo musical tradicional extremamente popular no estado do Mato Grosso do Sul (no dia 19/09 inclusive é comemorado o dia do Chamamé no MS), os principais instrumentos utilizados são violão, guitarra e acordeão/sanfona.

a proibição da entrada de igrejas evangélicas na aldeia. A maior parte da população da Aldeia Buriti é católica, mas a igreja (na atualidade) não lhes impede de manter suas tradições culturais e religiosas havendo inclusive um sincretismo entre as crenças. De acordo com os indígenas essa mesma abertura não é encontrada em igrejas evangélicas, que chegam até a proibir a realização de rituais e o uso de vestimentas e pinturas tradicionais. A proibição se aplica apenas a construção de templos evangélicos nos limites da aldeia Buriti e não em toda a TI, a liberdade de crença dos habitantes da aldeia é assegurada sendo eles livres para frequentarem cultos evangélicos nas aldeias e cidades próximas.

Os Terenas da atual região de Buriti passaram por três processos principais de territorialização: o primeiro foi durante e após a guerra da Tríplice Aliança/Paraguai ocorrida entre anos de 1864 e 1870; o segundo nas décadas de 1920 e 1930 devido a política oficial de aldeamento do SPI; e o terceiro e atual processo é a “situação das retomadas”. O conceito de territorialização é nas palavras de João Pacheco de Oliveira:

[...]um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998. Pag. 9).

A guerra do Paraguai, conflito armado que ocorreu entre a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) e Paraguai de 1864 a 1870, causou o primeiro processo de territorialização dos Terenas da região. Durante a guerra o sul da província do Mato Grosso (atual estado do Mato Grosso de Sul) foi invadido por tropas paraguaias forçando uma dispersão territorial dos Terenas, sendo uma das principais rotas de fuga a região da Serra de Maracaju.

As rotas de fuga eram montadas com bases nos laços de parentesco e aliança que existiam nas grandes aldeias e, principalmente, nas pequenas aldeias que eram pouco conhecidas pelos não indígenas da região. Na região onde atualmente estão os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti já existiam pequenos agrupamentos indígenas desde o período pré-guerra, porém



o fluxo de indígenas na aldeia sofre alterações no decorrer do conflito colo é colocado por Jorge Eremites:

Com o advento do conflito bélico eles passam a receber sucessivas leva migratórias provenientes da região do Pantanal, cuja rota de fuga acompanhou os cursos d'água permanentes, como córregos da bacia Buriti... (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007. Pag. 11)

É importante deixar claro que a região da aldeia Buriti já era ocupada antes da guerra e após o conflito os limites geográficos da aldeia foram expandidos tendo como base de avanço o local já ocupado. O que houve foi um processo de territorialização com a vinda de grandes fluxos populacionais para a região, seja fugindo do conflito ou procurando abrigo após a destruição de sua aldeia de origem pelas tropas, o que ocasionou uma mudança nas estruturas sociais, políticas e de produção da aldeia.

Os Terenas da região tiveram uma participação ativa no conflito, inclusive com resistência armada às tropas de Solano Lopes no período inicial da guerra, além de servirem como guias às tropas imperiais e as alimentarem nos momentos de fome. Alguns Terenas se dirigem ao período pós-guerra como “tempos de servidão”, como é colocado por Levi:

O tempo de servidão inicia-se após a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando perdem o direito de disporem de espaço para a construção de suas aldeias, tendo de viver de favor nas fazendas de agricultura e criação de gado. (PEREIRA, 2009. Pag. 27)

Muitas famílias permaneceram na região da Serra do Maracaju após o término do conflito, muitas trabalhando e morando dentro das fazendas que se formaram na região durante esse tempo de servidão. Ainda nos primeiros momentos da República, o governo central transferiu terras indígenas não tituladas para o Estado de Mato Grosso, incluindo extensões do território terena na Serra de Maracaju (OLIVEIRA e MARQUES, 2007). Essas terras foram classificadas como devolutas pelo Estado, contrariando a Lei de Terras de 1850<sup>10</sup> que estava em vigor, e as vendeu para terceiros acelerando o processo

---

<sup>10</sup> Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850

de espoliação das terras indígenas em todo o Brasil e com consequências graves na região do atual estado do Mato Grosso do Sul.

A Lei de Terras define terras devolutas como “aquelas que não estão sob domínio dos particulares, sob qualquer título legítimo, nem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal”, porém esta legislação excluía da categoria de terras devolutas aquelas “onde existirem hordas selvagens” pois pertenciam reservadamente ao Estado e como tais deveriam ser medidas e demarcadas (AZANHA, 2005). Porém não indígenas interessados em adquirir territórios de ocupação tradicional se valiam de brechas existentes na legislação para que essas terras fossem encaradas como devolutas, como podemos ver na seguinte passagem:

Aos poucos, os foreiros e arrendatários começavam a pressionar as Câmaras Municipais e os próprios Governos Provinciais para obter os terrenos dos índios. Sob o pretexto de que eles haviam abandonado o local ou se achavam 'confundidos com a massa da população' - essa população que havia sido introduzida pelo próprio sistema de aforamento e arrendamento - [...]muitos aldeamentos foram extintos. (CUNHA 1987, p. 69-70).

Dessa forma o processo de espoliação de territórios indígenas passou a ter certo respaldo legal. Muitos fazendeiros na atualidade reivindicam que a posse das fazendas em territórios indígenas é de suas famílias há décadas, porém muitas vezes a compra desses territórios ocorreu graças a essas brechas na legislação, tornando a compra ilegal.

O segundo processo de territorialização dos Terenas de Buriti ocorre entre as décadas de 1920 e 1930, quando o SPI implementa uma política oficial de aldeamento, reunindo troncos familiares de diversas regiões da Serra do Maracaju junto com os Terenas que há muito estavam assentados em Buriti. Nesse período foram demarcados 2.090 ha para os indígenas, uma enorme redução frente ao território que era originalmente ocupado, o certo é que vários funcionários do SPI registraram em relatórios oficiais o pleno conhecimento da situação do processo de perda da terra por parte dos Terena de Buriti (PEREIRA, 2009).

A constituição de reservas indígenas se tornou política oficial do SPI e foi sendo aos poucos aplicada em todas as regiões do país, um dos problemas principais deste processo foi a forma como esses territórios foram demarcadas ignorando os “limites” dos territórios de ocupação tradicional, reduzindo bastante o espaço para a reprodução da vida deste povo. Roberto Cardoso de Oliveira descreve este processo como de dupla finalidade:

Assim, a constituição das Reservas Indígenas alcançaria uma dupla – e, em certo sentido, contraditória – finalidade: a) a defesa das terras tribais, embora apenas uma pequena parcela do antigo território aborígene; b) a institucionalização da atomização, alienando-se, simultaneamente, a autonomia política tribal, que no plano externo das relações intercomunitárias, quer no plano interno das relações intracomunitárias. (OLIVEIRA, 1988)

A venda de terras de ocupação tradicional Terena foi realizada com a colaboração de alguns funcionários do SPI, o órgão que deveria proteger e defender os interesses indígenas – mesmo que dentro da lógica de tutela – no processo de espoliação de suas terras criou uma sensação de desamparo nos Terena da região, assim como quase acabou com a credibilidade do órgão entre eles. São diversos relatos sobre a atuação de funcionários do SPI no processo de espoliação do território tradicionalmente ocupado. Andrey Cordeiro define regime tutelar como:

Um conjunto de dispositivos político-administrativos (calcados em signos/símbolos difusos) destinados à “govermentalização” dos índios. Essa tem dois objetivos: criar uma racionalidade na exploração de povos colonizados, aproveitando os índios como população, transformando-os em mão de obra para extrair-lhes o sobre trabalho. Ao mesmo tempo, é uma forma de dominação que se pauta não na lógica de soberania, mas não da gestão ou governo em que a preocupação central é deslocada da arte de manter o poder para a arte de governar, porque o poder deixa de ter grandes ameaças internas ou externas. (FERREIRA, 2013. Pag. 81)

Na análise de João Pacheco de Oliveira as demarcações de terra feitas pelo SPI tinham, entre outros objetivos, criar uma reserva de mão de obra barata, como podemos ver em:

Várias demarcações realizadas pelo SPI são absolutamente ineficazes, se vistas como mecanismo para conter a atomização dos antigos territórios tribais e evitar

a futura proletarização maciça dessa população. Isso é mais flagrante em Mato Grosso do Sul, onde são constituídas 13 reservas que abrangem pouco mais de 31 mil ha, contando com uma população indígena numerosa. [...]

Em tais casos as áreas estabelecidas pelo SPI são muito menos uma reserva territorial do que uma reserva de mão-de-obra, passando a ser uma característica dessas regiões formas temporárias de trabalho assalariado (a “changa”, o “trabalho volante”, e etc.) pelas quais o índio tenta reassegurar sua produção econômica, inviável se limitada apenas à condição de produtor agrícola. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998. Pag. 34)

A relação de tutela do Estado com os povos indígenas acaba sendo um esforço para a institucionalização da desigualdade entre os povos, e é marcada por um impulso simultaneamente preservacionista e dominador. Ela tem como ponto de partida a desigualdade social e econômica gerada pela guerra de conquista colonial (FERREIRA, 2013).

O espaço no qual os Terenas acabaram confinados após este segundo processo intenso de espoliação de suas terras não possuía estrutura nem espaço para proporcionar condições de reprodução da vida da forma como era tradicionalmente feita com amplos espaços de caça, pesca e plantio (os quais se tornaram quase inexistentes), até para a construção de moradias para as novas famílias que surgiam na aldeia faltava espaço.

É importante destacar que este processo de espoliação de terras pelo SPI não ocorreu exclusivamente com os Terenas e nem no Mato Grosso do Sul, mas era uma prática recorrente em diversas localidades. Porém os efeitos desta prática na região de Buriti foram muito intensos e acabaram por remodelar a organização social e física da aldeia, causando uma “intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (OLIVEIRA, 1998). Ao analisar os processos de demarcação de terras realizados pelo SPI Urquiza coloca que:

A demarcação das reservas por parte do SPI para aí confinar os povos indígenas constituiu-se em fundamental estratégia e política governamental, com a intenção de liberar as terras para a colonização e consequente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas. (URQUIZA, 2016. Pag. 174)

Os anos foram se passando e os Terenas de Buriti continuavam encurralados em um território reduzido e com o aumento populacional da aldeia Buriti foi se tornando cada vez mais necessário a ampliação dos limites da TI. A reprodução da vida de maneira tradicional se tornou insustentável naquele pequeno território homologado, e já havia ficado claro que este processo de confinamento não seria revertido voluntariamente pelo estado pois como é colocado por Urquiza:

O avanço sistemático da colonização sobre os territórios indígenas e seus recursos naturais, em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, é consequência da imposição histórica de um projeto de desenvolvimento monocultural, no âmbito dos Estados Nacionais. Podemos dizer de outra maneira, que esse mesmo projeto de desenvolvimento caracterizou-se, também, pela sistemática e planejada busca de superação da sociodiversidade, igualmente percebida como um estorvo e uma excrescência para a realidade brasileira. (URQUIZA, 2016. Pag. 174)

Insatisfeitos com a demarcação realizada pelo SPI (e com a venda irregular de suas terras de ocupação tradicional) as lideranças de Buriti pressionaram a FUNAI para que seu território de ocupação tradicional fosse demarcado e homologado e a realização de um estudo antropológico novo para embasar o pedido, a reivindicação foi atendida no final do ano 2000 com a constituição de um grupo de trabalho (GT) na FUNAI. O resultado do trabalho do GT foi apresentado no *Relatório Antropológico para a Redefinição dos Limites da Terra Indígena Buriti*, datado de maio de 2001 e posteriormente publicado pela editora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), nele constam os resultados da perícia antropológica, histórica e arqueológica da área pleiteada pelos Terenas como território de ocupação tradicional que deveria integrar a Terra Indígena Buriti.

Alguns meses antes da FUNAI formar o GT para a redefinição de limites da TI o terceiro e atual processo de territorialização dos Terenas de Buriti tem início: ocorrem as primeiras retomadas de terra na região da TI Buriti. Três fazendas que estavam dentro da área reconhecida como de ocupação tradicional indígena, porém ainda não demarcada, são ocupadas pelos Terenas como forma de mostrar a insatisfação com a morosidade com a qual os processos de demarcação de terras indígenas vinham sendo tocado pelo

governo federal. Do ano 2000 para frente começaram a ocorrer retomadas de terra e ocupações de prédios públicos por todo o estado, em quase todas as TIs Terenas que tinham territórios ainda não demarcados começaram o processo de autodemarcação de terras como podemos ver na seguinte tabela:

Quadro 23- Ocupação de Terras por Índios em MS. Fonte: Movimento Nacional dos Produtores

Invasão	Famílias	Imóvel	Município	Área/ha	Proprietário	Apoio	Saída	Origem/Famílias
01/11/1985	8	São Miguel Arcanjo	Juti	925,00	Miguel Subtil de Oliveira	Índios	-----	Jararã
24/08/1998	100	Paraná	Ponta Porã	400,00	Hani Taleb	Índios	-----	Município e Proximidades
21/12/1998	80	Fronteira	Antônio João	1.400,00	Dácio Queiroz Silva	Índios	-----	Município e Proximidades
18/01/1999	50	Pito Aceso	Ponta Porã	608,00	Amílcar Lima	Índios	19/01/1999	Aldeias Próximas
28/04/1999	300	Brasília do Sul *	Juti	9.345,00	Jacinto Honório S. Neto *	Índios	16/10/2001	Caarapó/Guarani/Caiuás
28/08/1999	30	São Sebastião	Sete Quedas	2.300,00	Agro Zoller Ltda	Índios	24/12/1999	Índios da Região Tacuru
18/09/1999	100	Santa Maria	Paranhos	200,00	Safranor Lopes	Índios	20/09/1999	Aldeia Paraguassu-Tacuru
18/09/1999	100	Água Colorada	Paranhos	200,00	Roberto Faraco	Índios	-----	Aldeia Jaguapire-Tacuru
07/10/1999	50	El Shadai*	Ponta Porã*	303,00	Ubirajara Mello*	Índios	08/10/1999	Município e Proximidades
28/10/1999	40	El Shadai**	Ponta Porã**	303,00	Ubirajara Mello**	Índios	28/10/1999	Município e Proximidades
16/11/1999	2	Retiro Vinte	Laguna Caarapã	40.000,00	Cia. Ag. Past. Campanário	Índios	18/11/1999	Município e Proximidades
03/01/2000	30	Ipuitã *	Caarapó *	4.330,00	José Roberto Teixeira	Índios	05/01/2000	Índios Aldeia de Caarapó
31/01/2000	40	São Miguel	Amambai	152,46	Vicente J. de A. Maciel	Índios	01/02/2000	Índios Aldeia Limão Verde
04/04/2000	150	Ipuitã **	Caarapó **	4.330,00	José Roberto Teixeira**	Índios	08/04/2000	Índios Aldeia de Caarapó
17/04/2000	70	Flórida	Sidrolândia	370,00	Jean Franco Rossi	Índios	-----	Índios da Aldeia Buriiti
17/04/2000	100	Estância Alegre	Sidrolândia	370,00	Valéria A. Barbosa França	Índios	-----	Índios da Aldeia Buriiti
25/04/2000	300	Furna da Estrela	Dois Irmãos do Buriti	3.900,00	Haroldo Ferreira Côrea	Índios	20/11/2003	Índios Aldeias Sidrolândia
21/06/2000	30	Recanto	Ponta Porã	500,00	Eneida Fuchs	Índios	-----	Índios da região
21/06/2000	30	Chácara	Ponta Porã	30,00	Olimpio Cabreira	Índios	-----	Índios da região
23/01/2001	30	São Francisco	Navirai	276,60	Itiro dos S. Maciel	Índios	24/01/2001	Índios Aldeia Teikuê
29/06/2001	20	Iporã	Paranhos	184,00	Maximiliano Machado Dias	Índios	-----	Aldeia Corã
31/08/2001	14	Lote 6 qd. 21	Dourados	15,00	Valdeir Ferreira Leonel	Índios	-----	Índios da Aldeia Panambizinho
28/08/2002	50	Vitória em Cristo	Itaporã	908,00	Associação dos Produtores de Montese	Índios	03/09/2002	Caiuá/caarapó/guarani
12/01/2003	30	Brasília do Sul **	Juti	9.345,00	Jacinto Honório S. Neto **	Índios	13/01/2003	Caarapó/Caiuás/Guarani
15/01/2003	30	Brasília do Sul **	Juti	9.345,00	Jacinto Honório S. Neto **	Índios	-----	Caiuá/Caarapó/Guarani
22/02/2003	50	São Sebastião	Dois Irmãos do Buriti	300,00	Jorgina Correa Moura	Índios	-----	Aldeia Buriiti
22/02/2003	50	Recanto do Sabiá	Dois Irmãos do Buriti	300,00	Justina Correa Ribeiro	Índios	-----	Aldeia Buriiti
22/02/2003	50	N. Sra. Aparecida	Dois Irmãos do Buriti	300,00	Cristina Correa	Índios	-----	Aldeia Buriiti
22/02/2003	60	Buriiti	Dois Irmãos do Buriti	425,00	Waldemar Marques Rosa	Índios	-----	Aldeia Buriiti
06/03/2003	60	Santo Antônio	Sidrolândia	56,00	Mocier Franco	Índios	-----	Aldeia Corrego do meio
26/06/2003	50	Furna da Estrela	Dois Irmãos do Buriti	3.900,00	Haroldo Ferreira Côrea	Índios	-----	Aldeia Água Azul
18/08/2003	30	N. Sra. Aparecida	Dois Irmãos do Buriti	1.300,00	Acelino Roberto Ferreira	Índios	-----	Aldeia Corrego do Meio
25/08/2003	30	Bom Jesus	Sidrolândia	1.200,00	José Barbosa Coutinho (Espólio)	Índios	31/08/2003	Aldeia Corrego do Meio e Lagoinha
25/08/2003	30	Querência São José	Sidrolândia	300,00	Lourdes Bacha	Índios	31/08/2003	Aldeia Corrego do Meio e Lagoinha
25/08/2003	30	3R	Sidrolândia	300,00	Rachid Bacha	Índios	31/08/2003	Aldeia Corrego do Meio e Lagoinha
25/08/2003	30	Buriiti	Sidrolândia	300,00	Ricardo Bacha	Índios	31/08/2003	Aldeia Corrego do Meio e Lagoinha
22/12/2003	1000	São Jorge	Japorã	2.000,00	Pedro Fernandes Neto	Índios	-----	Aldeia Porto Lindo
28/12/2003	300	Paloma	Japorã	457,38	Jeadir Silvestre de Carli	Índios	-----	Aldeia Porto Lindo
03/01/2004	15	Guaçuri	Japorã	314,60	Edson Alves	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
03/01/2004	300	Brasil 2	Japorã	314,60	Alberi Pereira de Lima	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
03/01/2004	15	São Marcos	Japorã	169,40	Cicero Eugênio	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
04/01/2004	15	Guaporema	Japorã	135,52	Márcio Paulo Polzin	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
05/01/2004	100	São José	Japorã	532,40	José Maria Varago	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
05/01/2004	100	Chaparral	Japorã	605,00	Luiz Carlos Tormena	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
06/01/2004	15	Sítio Zé Lago	Japorã	35,09	José Joaquim Nascimento	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
06/01/2004	15	São Sebastião	Japorã	7,00	Sebastião Pereira	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
06/01/2004	15	São Miguel	Japorã	252,00	Benedito Machado	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
06/01/2004	100	Remanso Guaçu	Japorã	2.633,00	Flávio Telles de Menezes	Índios	-----	Aldeia Porto Lindo
06/01/2004	100	São Pedro	Japorã	677,60	Joel Rodrigues	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo
07/01/2004	15	Estância Varago	Japorã	121,00	José Maria Varago	Índios	24/02/2004	Aldeia Porto Lindo

Esse novo processo de territorialização é dirigido pelos indígenas, com origens em suas próprias demandas, materiais e simbólicas (FERREIRA, 2013) como uma forma de confrontar e resistir aos processos de territorialização que lhes impostos previamente pelo Estado e ao regime de tutela ao qual eles eram submetidos. As retomadas de terra não ignoram os processos de demarcação que vem sendo realizado pelo Estado, pois as fazendas ocupadas sempre estão dentro dos limites das terras já identificadas pela FUNAI como de ocupação tradicional, porém ainda não homologados.

Este terceiro processo de territorialização, ou situação de retomada, é o tema central de análise do presente trabalho e será tratado de forma mais aprofundada e detalhada mais adiante. Mas cabe antecipar que este último processo de territorialização ainda não está finalizado e provavelmente durará por mais alguns anos, pois tudo indica que os Terenas não irão conseguir recuperar suas terras de ocupação tradicional (que são suas por direito garantido inclusive na Constituição Federal de 1988) de outra forma que não pela ação direta, está não se resumindo apenas a violência, mas representando todo um processo de organização pela base nas aldeias para resistir a espoliação de suas terras. Após muitos anos de espera frente a morosidade do poder público na demarcação de suas terras, os indígenas passaram para seu processo de autodemarcação por meio das retomadas. O processo concreto de territorialização dirigido pelos indígenas acaba expressando a resistência aos padrões de territorialização impostos pelo regime tutelar e também às condições econômico-sociais que derivam dele (PEREIRA, 2013).



## Capítulo 2

*“A gente não vai lá apertar mão de fazendeiro,  
mas retomar o que é nosso”*

### 2.1 Retomada e Resistência

As retomadas de terra são uma estratégia amplamente utilizada entre os povos indígenas do estado do Mato Grosso do Sul, sendo nos últimos anos um dos principais métodos de luta usados pelos Guarani-Kaiowa e pelos Terenas. A categoria “retomada de terra” carrega um significado político, simbólico e religioso, o termo retomada é utilizado por todos os atores inseridos nesta situação seja indígena, governo, fazendeiros ou aliados da causa indígena.

Apesar de ser um fenômeno que vem ocorrendo de forma massificada nos últimos 15 anos os trabalhos que tem a retomada de terra como tema central ainda são escassos. Uma pesquisa atual e muito completa sobre a situação de retomada é a dissertação de mestrado pela Universidade de Brasília de Daniela Alarcon “O Retorno da Terra: As retomadas da aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, no sul da Bahia”, o objetivo central de seu trabalho foi “produzir definições de retomada baseadas em conceitos, categorias e explicações produzidos pelos indígenas” com foco nas retomadas realizadas na Serra do Padeiro nos últimos anos. Na introdução de seu trabalho Alarcon trata sobre “silêncio acadêmico” sobre a situação de retomadas:

A violência, como se sabe, perdura; junto dela, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista (considerando os avanços nos estudos sobre povos indígenas registrados no período), boas doses de silêncio e incompreensão persistem também. (ALARCON, 2013. Pag. 1)

Alguns dos trabalhos que também tratam sobre a situação de retomada em outras etnias são: a dissertação “As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: Mobilização étnica e apropriação espacial” da socióloga Ana Lúcia Farah de Tófoli; “A retomada de terra indígena Xucuru-Kariri: o caso do sítio Macaco” de Aldemir Barros da Silva Junior, realizado da aldeia Fazenda Canto no Alagoas; ““Tô aqui... Parece que tô Renascendo Tudo de Novo” experiências de campo sobre a retomada da terra e a retomada cultural dos acampamentos Pakurity e laranjeira Ñanderu” de Sônia Rocha Lucas, que

trata sobre as retomadas Guarani-Kaiowa. Existem diversos artigos que tratam de situações ocorridas em retomadas, principalmente as Guarani-Kaiowa, mas que não tem o processo de retomada como foco central.

A única pesquisa que encontrei que trata especificamente sobre as retomadas Terena foi a dissertação de mestrado em história pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) de Lenir Gomes Ximenes “Terra Indígena Buriti: Estratégias e performances Terena na luta pela terra”. Sua dissertação trata sobre as duas performances usadas pelos Terenas na situação de retomada: a performance diplomática, que são as ações realizadas pelas vias legais; e a performance guerreira, que é a ação direta realizada com ocupações de terras e bloqueios de estradas.

O processo de expropriação intensa de terras indígenas foi o principal fator motivador das ações de retomada, me refiro aqui a expropriação nos termos de Daniela Alarcon (2013) que caracteriza o termo como “expansão capitalista sobre terras de ocupação tradicional, visando a conversão de um território culturalmente construído em fator de produção”. A retomada de terra dos Terenas é, de forma resumida, o processo pelo qual eles reocupam suas terras de ocupação tradicionais que se encontram em posse de não indígenas, e esse processo ataca diretamente as bases da política indigenista e do regime tutelar como é colocado por Andrey Ferreira:

O objetivo das ocupações é a revisão dos limites das terras no sentido de sua ampliação e a demarcação das terras reivindicadas como indígenas. Nesse sentido, ela afeta diretamente duas das principais bases da política indigenista e do regime tutelar: o padrão de territorialização e o modo de inserção na estrutura de classes (já que o aumento das terras e dos recursos pode permitir uma alteração na condição econômica). (FERREIRA, 2013. Pag. 102)

Na maioria das vezes, os não indígenas em posse das terras são empresários ligados ao setor agropecuário brasileiro. Uma parte importante de ser destacada é que os empresários do setor agropecuário, seja por inocência (ou por má fé) realmente acreditam que a posse das terras lhe pertence e que os indígenas estão invadindo propriedades privadas, mais à frente quando tratar da CPI da CIMI realizada na ALMS transcrevo trechos nos quais essa percepção de posse dos fazendeiros fica explícita.

As retomadas de terras não se resumem a uma questão territorial, geográfica e meramente material (reconhecendo, é claro, a importância das condições materiais), Andrey Ferreira ao tratar da significação da retomada de terra para os Terenas coloca que:

Ela tem uma dupla significação: recobre uma técnica de luta política, a ocupação de terras, e é uma forma de narrativa que denuncia o processo de colonização (ao afirmar a retomada se denuncia uma expropriação anterior) e visa legitimar as reivindicações indígenas. (FERREIRA, 2013)

Muito mais que uma luta pela terra, as retomadas são uma luta pela manutenção e reprodução da vida indígena. São um processo para se reapropriar tudo que lhes foi roubado para além da terra, é um resgate cultural e religioso da vida e uma efetivação dos seus direitos. É uma luta que ocorre para além do que é legalmente garantido, mas pelo que é realmente justo e que pode ser facilmente comprovado historicamente.

*Mas como ocorre de fato a retomada?* Essa foi uma das perguntas que me acompanhou durante toda a pesquisa. A retomada Terena é sempre previamente planejada, organizada e discutida coletivamente, as estratégias que serão utilizadas e a divisão de tarefas são pensadas de forma a reduzir danos e aumentar a eficácia da ação. Em várias conversas me falaram sobre o caráter coletivo das decisões na retomada, “a decisão não é do cacique, é da comunidade toda! Não é ele que fala “vamos” é a gente que decide como e quando”.

Um ponto importante de manter em mente ao estudar as retomadas de Buriti é que ninguém é obrigado a participar, as lideranças não obrigam nenhum indígena a se submeter aos riscos que se corre em uma retomada. Todos possuem suas limitações e podem auxiliar a retomada de diferentes formas, seja levando água, comida e agasalhos até a retomada, seja cuidando das crianças na aldeia de origem, seja pegando em bordunas para enfrentar jagunços, existem tarefas para todos independentemente do nível de envolvimento com a luta.

Devo deixar claro que não posso detalhar as estratégias utilizadas visto que o conflito ainda não chegou ao seu fim e que toma contornos cada vez mais

violentos, seja de forma simbólica ou material. A cada dia vemos um novo caso de indígenas de retomada (não apenas Terenas ou no Mato Grosso do Sul) morrendo, sendo ameaçados e/ou mutilados. Acredito que fica claro que seria antiético, irresponsável e possivelmente encarado como uma traição “entregar” suas táticas de resistência nesta monografia, pois esses dados poderiam facilmente cair nas mãos de fazendeiros da região e serem usados contra eles em algum momento de conflito e até mesmo para criminalizar suas ações na justiça. Nos relatórios finais das CPIs do CIMI e da FUNAI informações sobre a organização das retomadas e relatos de reuniões pré-ação foram utilizados para acusar indígenas e apoiadores dos mais diversos crimes.

Apesar de não poder revelar as estratégias utilizadas nas retomadas, essas foram divididas em quatro categorias por Andrey Ferreira, tendo como base as informações divulgadas em veículos de comunicação como o jornal Folha de São Paulo e o site do Instituto Socioambiental (ISA):

Podemos dizer que o uso frequente dessas técnicas permite que as agrupemos em quatro grandes categorias: 1) ocupação de terras; 2) sequestros (ou tomada de reféns); 3) bloqueio de estradas e rodovias; 4) ocupações de prédios públicos. Essas diferentes técnicas podem ser combinadas, de maneira que os índios sequestram carros e pessoas para realizar uma ocupação ou na sequência de uma. (FERREIRA, 2013. Pag. 102)

A estratégia de retomada de terras é um método de luta relativamente novo e que se consolida já nos anos 2000 e é tido como um dos últimos recursos para reaver territórios. As retomadas costumam ser realizadas quando os indígenas se cansam de esperar que o caminho “legal” para a demarcação seja feito, pois muitas vezes o que falta é apenas uma assinatura da presidência da república para que a TI seja homologada. O caso estudado em minha pesquisa, é exemplo disso, é a retomada da fazenda Buriti na TI Buriti realizada em 2013, a área de 17,2 mil hectares foi delimitada e reconhecida como de posse tradicional dos Terenas em 2010, sendo o primeiro relatório de demarcação aprovado em 2001 e até hoje não houve homologação pela Presidência da República, deixando os Terenas sem outra opção que não fosse a retomada.

Na retomada da fazenda Buriti em 2013 os Terenas da aldeia Buriti permaneceram em grande quantidade no território por cerca de seis meses para

garantir sua posse, na atualidade algumas famílias mantêm residência permanente na região, mas boa parte da terra vem sendo utilizada para plantação. Após a retomada a área foi dividida entre as famílias presentes na retomada, seja para construção de residência, plantio ou criação de animais. Em uma entrevista com a Terena Matilda<sup>11</sup> me explicou que o fator que desencadeou a retomada foi a falta de espaço para a reprodução da vida:

Quando eu era criança ainda tinha muito espaço, a gente escolhia onde ia fazer a casa ia lá e fazia, por isso a gente tomou essa decisão de retomar. Para roça então é pior ainda! Como você já deve saber a gente é um povo muito de plantar, a gente antes criava frango, porco tudo aqui agora não tem espaço porque as casas já estão tudo perto. Eles tiram nosso espaço de plantar e criar bicho para aí a gente ter que comprar tudo deles [fazendeiros]. (Aldeia Buriti, 2016)

Os conflitos na terra não ocorrem apenas por motivos econômicos, mesmo que na sociedade do capital na qual estamos inseridos esse seja o principal motivo. As divergências sobre o que significa a terra, para quais fins ela deve ser utilizada e até que ponto são fatores que ajudaram a iniciar o processo de espoliação. Os Terenas não veem a terra como algo que deve ser explorado até a exaustão com monoculturas e criação de gado para a obtenção de lucro, a terra é vista como parte integrando do ser e essencial para a manutenção do modelo social da aldeia, visão que não é compreendida pelos grandes empresários do setor agropecuário, foi colocado por Matilda em entrevista que *“[a nossa] não é plantação igual de fazendeiro que é pela ganância, pelo dinheiro. A nossa é só para a gente mesmo”*. Essa diferença de compreensão sobre a utilização correta da terra faz com que os fazendeiros sintam que ela vem sendo mal utilizada pelos indígenas e que de certa forma justificariam a utilização dessas para fins econômicos, inclusive o argumento de “nós só queremos alimentar famílias com nossa produção em larga escala” é constantemente utilizada pelos fazendeiros.

O dia a dia da retomada é outro obstáculo encontrado nessa luta, pois até que o local esteja minimamente estruturado os Terenas ficam expostos às condições climáticas (chuva, sol, frio, vento, etc.), dormindo embaixo de lonas nos primeiros dias, e mais à frente em casas feitas de palha e madeiras finas

---

<sup>11</sup> Nome alterado para preservar a identidade.

(essas muitas vezes construídas pelas mulheres da retomada). A sensação de medo é constante, *“foram duas semanas sem tirar a botina do pé”* me disse Jurandir<sup>12</sup> enquanto cuidava da sua roça de batata-doce na retomada, *“tinha medo até de dormir, a gente dormia no mato, na grama com risco de cobra e risco de tomar tiro de pistoleiro. É Deus na frente, a roupa do corpo, o facão para abrir o mato e a borduna para se defender”*.



Foto 1 – Casa de Jurandir\* na retomada da Fazenda Buriti

As retomadas são o ápice da resistência ao regime tutelar que era imposto pelo Estado e da luta atual pela descolonização plena, não apenas no sentido de reaver suas terras mas para de ser o mais livre possível dentro da sociedade vigente. É possível analisar as retomadas também como uma resistência ao epistemicídio que os povos tradicionais sofrem desde que se tem o início do processo de colonização do Brasil e se agravou com o contínuo processo de perda territorial que esses povos sofreram. O epistemicídio engloba outros fatores além do idioma e pode ser definido como:

---

<sup>12</sup> Nome alterado para preservar a identidade.

À destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. (SANTOS, 2009. Pag. 1)

Buriti é um exemplo de território que passou por um processo intenso de apagamento da história cultural, linguística e religiosa. Atualmente apenas uma pessoa fala a língua Terena fluentemente na aldeia e são poucos que ainda praticam rituais tradicionais na aldeia, por muito tempo existiam proibições colocadas pelos fazendeiros e missionários sobre as práticas tradicionais. A destruição de aspectos culturais e históricos é uma estratégia clássica do processo colonizador pois facilita tanto a inserção deste povo na “nova sociedade nacional”, quanto uma possível destruição total do mesmo. A espoliação territorial acaba tendo influência direta no processo de epistemicídio do povo Terena, pois o território é essencial para que o modo de vida tradicional continue sendo praticado.

O processo de colonização da América foi intenso e cruel das mais diversas formas possíveis, tanto com os povos tradicionais que aqui já habitavam tanto com os negros que foram sequestrados para servirem de escravos nas colônias. A descolonização plena por consequência também não é um processo pacífico, como é colocado por Fanon:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. [...] A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação, ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e canhões. (FANON, 1968. Pag. 28)

Apesar do livro de Fanon citado se referir ao processo ocorrido na Argélia (uma guerra civil contra o domínio francês que durou de 1954 a 1962) que teve uma configuração diversa do que ocorre no Brasil, das retomadas de terras e da luta indígena como um todo, ambos são situações de enfrentamento ao colonialismo e aos danos por ele causados que continuam a reverberar na

atualidade. Além disso a obra nos traz uma base teórica de análise das lutas pela descolonização e da violência, tanto de seu uso para autodefesa dos povos como dos problemas acarretados por pela violência física e simbólica. É importante destacar que Fanon não só analisa estas questões como o faz com a visão de quem veio da posição de colonizado, além de sua participação ativa em processos de descolonização o que deixa sua análise mais próxima da realidade dos indígenas brasileiros.

Estes confrontos constantes decorrem muito do processo de fricção interétnica que ocorre entre os povos indígenas e a sociedade nacional, Roberto Cardoso de Oliveira conceitua esse processo “*enquanto situação de contato entre duas populações dialeticamente “unificadas” através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1981. Pag. 30). A noção de fricção vem da ideia de oposição entre a “ordem tribal e a ordem nacional” nos mais diversos fatores, a exemplo as diferentes compreensões que indígenas e fazendeiros tem sobre qual seria o uso correto para terra.

Em sua análise a fricção interétnica se divide em três níveis: o econômico; o social; e o político. Sendo que o econômico “*se reveste de particular importância porque é nele que têm lugar os fenômenos mais determinantes do sistema interétnico*” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978. Pag. 32).

A relação dos povos indígenas com o Estado é, em sua essência, conflituosa desde o surgimento de um “Estado” nos padrões ocidentais, dependendo do contexto histórico e social esse conflito muda de intensidade e forma, mas está sempre presente em algum nível. É fato que confrontos e discordâncias com o Estado estão presentes em basicamente todas as sociedades, porém a configuração destes conflitos em comunidades tradicionais difere das outras. Clastres, ao fazer uma análise desta relação, afirma que “A história dos povos que tem uma história é, diz-se, a história da luta de classes. A história dos povos sem história é, dir-se-á com ao menos tanta verdade, a história da sua luta contra o estado (CLASTRES, 2003 [1974] p. 231).

A “luta contra o estado” colocada por Clastres não deve ser encarada como um processo de constante revolução social, mas de enfrentamento a forma



como o Estado se apresenta para os povos indígenas no Brasil. Alguns exemplos de como o Estado se apresenta nas aldeias: pelo poder judiciário; pelas forças policiais; e por candidatos a cargos eletivos.

O poder judiciário se apresenta aos indígenas, como já foi dito, pela morosidade nos processos de demarcação de terras e nos julgamentos de crimes contra povos indígenas, a exemplo do assassinato de Oziel Gabriel. As forças policiais já se mostraram mais amigáveis aos indígenas, mas após a reintegração de posse da retomada na fazenda Buriti a relação com os policiais se tornou um misto de medo e raiva. O irmão de Oziel me disse em uma entrevista que *“nós tínhamos a polícia como nosso parceiro né, a polícia federal pelo menos”* (Buriti, 2016), após a ação conjunta de polícias militar, civil e federal no episódio que resultou no assassinato de Oziel.

Quando encaramos a questão de candidatos políticos não indígenas que vão às aldeias existem duas situações: a primeira é de candidatos da bancada ruralista que se propõem a ajudar na criminalização dos indígenas e a acabar com as retomadas a exemplo de Ricardo Bacha que reivindica a posse da retomada Buriti, que foi deputado estadual e se candidatou a ser governador do estado; e os candidatos eu vão as aldeias e assembleias pedir votos e se colocar como “defensores da causa indígena no governo” mas que após eleitos abandonam essas pautas. Sobre os candidatos indígenas a cargos eletivos farei uma análise mais aprofundada mais à frente.

Os exemplos acima mostram algumas das formas como o estado costuma se apresentar aos indígenas da região e que causa uma reação intensa, tanto de resistência como de negação. Estas ações podem ser categorizadas como uma luta contra o Estado, mesmo sem uma negação completa da estrutura estatal (pois existe uma disputa intraestado) e nem contra a totalidade estatal. É necessário notar que não é uma resistência a governo x ou y, mas a forma como se configura o Estado e suas ações, que tendem a permanecer as mesmas independente de que “facção política” comanda.

O processo de inserção dos Terenas na sociedade de classes foi realizado de uma forma a coloca-los como proletariado marginal (aqueles que estavam nas cidades) ou como campesinato indígena (uma categoria tida como

a mais subalterna). Roberto Cardoso de Oliveira analisa que a inserção dos Terenas na sociedade de classes até a década de 60 ocorreu em duas vertentes:

... agora sua vinculação à ordem social e econômica regional passava a institucionalizar-se de duas maneiras: como cativos, em posição simétrica aos escravos remanescentes; ou como peões “livres” ainda presos às fazendas por meio de “contas intermináveis”, assumidas compulsoriamente com a “Casa”, em suas relações de trabalho. (CARDOSO DE OLIVERA, 1966)

Devido à forma como foi realizado esse processo de “inserção” na sociedade de classes precisamos analisar a situação atual dos Terenas com base na questão de classes observando sempre as peculiaridades dessa relação em relação aos outros setores da classe trabalhadora, como foi sabiamente colocado por Andrey Carneiro:

Precisamos redimensionar a questão indígena como uma questão de classes, no sentido de que envolve conflitos em torno da propriedade privada, interesses de Estado e taxas de acumulação de capital e renda. A resistência indígena, nesse sentido, exatamente por ser uma forma de luta contra o regime tutelar, se torna uma forma particular de luta de classes. (FERREIRA, 2013)

Os Terenas de Buriti se encontram atualmente inseridos em um contexto de luta de classes e de luta contra o Estado. Por mais que exista uma estratégia de cogestão indígena das entidades estatais voltadas para suas demandas (como por exemplo a luta por coordenadores indígenas nas regionais da FUNAI e as campanhas para eleição de vereadores indígenas em Dois Irmãos do Buriti) a sua relação com o aparato policial e jurídico do Estado pode ser descrita em um misto de descrédito, repulsa e medo.

Existe uma relação de decepção até com as entidades que são por eles disputadas. A própria FUNAI é tida como praticamente insignificante, alguns culpam a falta de verba outros a própria forma de funcionamento da instituição. Não existe confiança de que essas instituições prestarão apoio nos momentos de conflitos e retomadas.

A relação com as forças policiais do Estado ficou ainda mais conflituosa após o assassinato de Oziel Terena pela polícia federal durante a reintegração de posse da fazenda Buriti, situação que será melhor explorada mais à frente.

Muitos ainda acreditavam que as polícias – principalmente a federal – protegeriam os indígenas durante ataques de pistoleiros<sup>13</sup>, e não que contribuiria com seu genocídio atuando a favor dos fazendeiros. Esse acontecimento foi extremamente prejudicial ao processo de construção de uma relação pacífica entre forças policiais e Terenas que vinha ocorrendo desde o fim do SPI e da ditadura militar.

A relação negativa que os Terenas têm com as forças de militares do Estado pode ser facilmente comprovada com a ocupação do prédio da administração regional da FUNAI de Campo Grande/MS após a nomeação do Coronel Reformado do exército Renato Vidal Sant’Anna para o cargo de administrador da regional da FUNAI/Campo Grande, que era anteriormente ocupado por Evair Borges indígena Terena. As lideranças de Buriti afirmaram que a ocupação foi motivada por dois principais fatores além da cobrança da exoneração do coronel: a escolha de qualquer militar para o cargo é inaceitável assim como a escolha do administrador regional da FUNAI sem consulta prévia dos indígenas da jurisdição.

A ideia de ter alguém ligado às forças de segurança do Estado em um cargo de confiança da FUNAI desperta a mais sincera repulsa nos indígenas e remete a uma série de eventos negativos, essa questão acaba sendo um dos gatilhos do processo de radicalização das lutas. A ocupação durou 11 dias e acabou quando a FUNAI arcou com os custos da viagem de 5 lideranças locais para uma reunião com o Ministro da Justiça, afim de decidir coletivamente sobre o futuro da coordenação, dias após o término da ocupação o Coronel pediu exoneração de seu cargo.

O processo de ocupação da FUNAI/CG foi um exemplo da atuação “em duas frentes” realizada pelos Terenas, pois ao mesmo tempo em que fazem uso da ação direta (com o fechamento de vias e ocupação de prédios públicos) continuam trabalhando pelas vias legais, mesmo que uma venha a ser resultado da outra.

---

<sup>13</sup> Nome popularmente usado para seguranças particulares de fazendas que costumam andar armados, são normalmente eles que atacam os indígenas durante as retomadas. A palavra Jagunço também é utilizada.

## 2.2 Repressão: Oziel, Josiel e os guerreiros

*“Nossa luta é até a liberdade”*

Como colocado anteriormente, uma das condições para a entrada em campo era fazer a denúncia dos casos de violência contra Oziel e Josiel, isso já fazia parte do meu plano inicial, pois tratar da resistência sem falar sobre a repressão violenta a qual os Terenas sofrem não é possível. Porém, após minha estadia em Buriti e participação na Grande Assembleia, fazer tais denúncias se tornou algo mais que essencial, pois vi a necessidade de levar para o meio acadêmico a discussão sobre a necessidade urgente de apoio aos povos em situações de conflito.

A resistência ao avanço do capital sempre vem acompanhada de uma forte repressão, e em terras indígenas isso não é diferente. As retomadas de terra são encaradas pelos fazendeiros – e muitas vezes pelo Estado – como invasões de propriedades particulares, passíveis de desocupação por meio de força física. Como se pode imaginar o aparato militar à disposição do Estado para cumprir mandatos de reintegração de posse solicitados pelos fazendeiros da região não possui nem comparação com os instrumentos que os indígenas possuem para se defender. Não é uma luta justa, tanto no quesito judicial quanto no confronto direto.

Exemplos de repressão desmedida aos povos indígenas, principalmente aqueles do Mato Grosso do Sul, são fáceis de encontrar. Seja em confrontos locais (que tendem a não ter tanta visibilidade na mídia) como as retomadas de terra e ocupações de prédios públicos regionais, ou em manifestações centralizadas com aderência nacional, como a que ocorreu em Brasília em dezembro de 2014 contra a PEC 215 e a Copo do Mundo de 2014 na qual 5 indígenas foram presos por “depredação ao patrimônio público” e vários ficaram feridos<sup>14</sup>.

Durante a última retomada realizada na região de Buriti dois guerreiros tombaram, Oziel Terena morreu com um tiro disparado pela Polícia Federal e

---

<sup>14</sup> Disponível em <http://noticias.r7.com/distrito-federal/policial-e-atingido-por-flecha-durante-protesto-em-brasilia-e-quatro-manifestantes-sao-detidos-27052014> (Acesso em 23/04/2017)

Josiel Terena que está em cadeira de rodas após tomar um tiro de jagunço na coluna.

Em maio de 2013 durante a retomada da fazenda Buriti, cuja a propriedade é reivindicada do ex-Deputado Federal Ricardo Bacha, que fica dentro dos limites não homologados da TI Buriti as forças policiais foram chamadas para cumprir o mandato de reintegração de posse que exigia a retirada dos indígenas da região da retomada. A operação se assemelhava com um cenário de guerra, diversas viaturas e ambulâncias, diversos policiais e um helicóptero.

Os guerreiros e as guerreiras presentes na retomada portavam apenas borduna<sup>15</sup> para se proteger das balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e das bombas de efeito moral lançadas pela polícia. Não se tem um número exato de quantos indígenas se feriram durante a operação pois apenas os casos graves foram levados a hospitais e publicados pela mídia, as informações também não foram levantadas pelas lideranças locais nem por entidades parceiras da TI.

No dia 30/05/2013 a Polícia Federal utilizou armas letais na tentativa de dispersar os indígenas da retomada, diversos disparos de arma de fogo foram realizados contra os indígenas desarmados e um deles acertou Oziel Gabriel Terena no abdome. As ambulâncias que estavam no local não prestaram socorro e ele teve que ser carregado por outros indígenas e transportado para o hospital mais próximo (Sidrolândia) em um carro pessoal, Oziel faleceu pouco tempo após dar entrada no hospital em decorrência da hemorragia e dos ferimentos causados pelo tiro.

Sua morte causou grande comoção e revolta entre os indígenas do estado e teve grande visibilidade na mídia local e nacional. A polícia federal e os “proprietários da fazenda” argumentavam que era impossível saber quem foi o autor do disparo, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um processo para analisar o ocorrido. Em outubro de 2016, mais de três anos após o ocorrido, o MPF concluiu que o disparo foi realizado por uma das armas usadas pela Polícia

---

<sup>15</sup> Bordunas é uma espécie de porrete/cassetete feito a partir de troncos e galhos grossos de árvores.

Federal, mas que não havia como identificar seu autor e o inquérito foi arquivado. O pedido de indenização feito pela família de Oziel foi deferido, porém o valor ainda não foi pago e não existe previsão de pagamento.

Em uma entrevista realizada com Vado, irmão de Oziel, sobre as circunstâncias do assassinato, seus reflexos na aldeia e nos processos de retomada ele afirmou que *“Isso aqui é tudo nosso! A 516 anos atrás a gente já estava aqui e vamos fazer de tudo para resistir, a morte do meu irmão não vai mudar isso. A palavra de ordem é resistir”* (Aldeia Buriti, 2016).

Mesmo com a morte de Oziel os Terenas continuaram resistindo na retomada, o luto pelo patrício que caiu se transformava em vontade de lutar para reconquistar o que sempre lhes pertenceu e foi roubado. Durante quase todo o processo de retomada a sede da fazenda continuava ocupada por Jucimara Barbosa Bacha, esposa de Ricardo Bacha e também pretensa proprietária da terra, e seus jagunços.

Duas semanas após a morte de Oziel outro indígena foi gravemente ferido em conflito, Josiel Terena ficou tetraplégico após ser atacado por jagunços da fazenda Buriti durante a retomada. Nos parágrafos abaixo faço uma síntese de seu relato sobre o que ocorreu no dia do ataque e em momentos posteriores.

No dia 04/06/2013 os indígenas tentaram ocupar a sede da fazenda, pois haviam chegado informações de que Jucimara Barbosa Bacha e os jagunços haviam partido e que a instalação estava vazia, quase que imediatamente Josiel se juntou com mais alguns patrícios e foram para a sede, ele em sua moto e os outros a pé, chegando próximos ao local barulhos de tiro foram ouvidos, de acordo com o relato alguns metros atrás deles estavam os jagunços da fazenda em uma caminhonete atirando contra eles. Após alguns metros de perseguição Josiel largou sua moto e correu em meio ao mato baixo até encontrar uma árvore para se esconder dos tiros, alguns disparos acertaram no tronco da árvore e a caminhonete continuava a se aproximar, então ele decidiu que a melhor opção era correr colina abaixo e tentar se reagrupar. Poucos passos após sair de trás da árvore ouviu um barulho, sentiu uma dor intensa nas costas e caiu.

Eu cai e não conseguia me mexer, eu estava com um chapéu bem grande de palha e ele caiu na minha vista assim que nem dava para ver nada. Aí eu senti

um molhado e uns passos chegando perto aí um dos jagunços falou “eita, vamos embora daqui porque eu matei um índio” só que eu não estava morto, só fingi que estava para ele não dar mais tiro. Deu um tempo e eu pensei que ia morrer então os companheiros chegaram e me botaram na caçamba da caminhonete. Eles foram tentar me levantar eu já não sentia direito as pernas, eles me olharam de frente e falaram que eu não tinha tomado tiro não. Quando olharam as minhas costas viram que estava com sangue e correram comigo para o hospital. (Aldeia Buriti, 2016)

Após o ataque Josiel foi transportado em carro particular para Sidrolândia e de lá levado de ambulância até Campo Grande para que a bala fosse retirada de sua coluna. Seu caso foi dado como praticamente irreversível e lhe foi recomendado realizar fisioterapia para tentar reaver parte dos movimentos dos membros superiores, porém o acesso a fisioterapia dentro da aldeia é extremamente precário. O que fez ajudou Josiel a recuperar parte dos movimentos dos braços (tomar tereré e mover a cadeira elétrica) foi a temporada de cerca de dois meses que ele passou no hospital Sarah Kubitschek em Brasília, que é considerado referência no tratamento desse tipo de lesão.

Tanto sua estadia em Brasília como sua cadeira elétrica foram bancadas pelo assessor ministerial que estava em Campo Grande quando Josiel foi hospitalizado. Sua família e a aldeia como um todo fizeram um grande esforço para dar condições mínimas de acessibilidade para a cadeira de rodas de Josiel construindo rampas para o acesso nas casas da região, mas nunca receberam nenhum tipo de apoio financeiro por parte do governo (nem do estado, nem do município e nem federal) nem da família Bacha que eram os supostos proprietários da fazenda Buriti e que contrataram os jagunços armados para realizar a segurança.

Um ponto que me despertou intensa curiosidade era o que eles iriam fazer com o autor dos disparos. Josiel me contou que após algum tempo do ocorrido outros indígenas da região foram contar para ele que haviam descoberto quem é o autor dos disparos, mas ele não quis saber. Nos primeiros dias após o crime ele me contou que até quis saber quem era a pessoa, mas que após algum tempo percebeu que não adiantaria de nada, pois ele provavelmente não iria ser condenado e que uma vingança iria apenas agravar uma situação que já estava péssima.

Por fim lhe perguntei se havia valido a pena participar da retomada de terra mesmo com tudo que havia acontecido, ele me respondeu prontamente que sim e que faria absolutamente tudo de novo. “Eu posso estar preso aqui nessa cadeira, mas agora meu filho vai ter onde morar, onde fazer roça. Vai poder mostrar para os filhos dele que isso aqui é nosso e sempre foi, a retomada sempre vale a pena” (Aldeia Buriti, 2016).

A afirmação acima, para mim, mostra claramente a diferença da relação com a terra entre os indígenas e os fazendeiros. Não se vê grandes latifundiários entregando a vida pela terra, não se vê um fazendeiro perder os movimentos do corpo em conflito e mesmo assim sorrindo e feliz, pois os filhos terão onde plantar e morar. A relação dos Terenas com a terra é uma questão de sobrevivência tanto física quanto cultural, enquanto a do grande ruralista é de apenas obtenção e maximização de lucro.



## Capítulo 3

### 3.1 Brigando na Caneta

Em vários momentos me afirmaram que “*o branco quando não vence na bala quer vencer na caneta*” criando Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para tentar judicializar e criminalizar as lideranças indígenas e entidades que prestam seu apoio no processo de retomada como por exemplo o CIMI. Os dois principais casos são a CPI do CIMI realizada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul (ALMS) e a CPI da FUNAI e INCRA 1 e 2 realizada na Câmara dos Deputados (CD), ambas tendo como relatores membros da bancada ruralista das casas sendo seus relatórios finais completamente enviesados e defendendo os ruralistas.

Durante o processo de escrita desta monografia foi liberado o relatório final da CPI da FUNAI na Câmara dos Deputados que pede o indiciamento de sessenta e sete pessoas entre lideranças locais, antropólogos e servidores da FUNAI/INCRA pelos mais diversos motivos. Entre os citados estão alguns dos autores citados na bibliografia desta monografia e interlocutores que tive em campo acusados de crimes como formação de quadrilha, incitação ao crime, falsidade ideológica e invasão de propriedade privada. É uma deturpação deliberada da justiça acusar lideranças indígenas de serem “falsos índios” e antropólogos que realizam estudo demarcatório de uma TI de formação de quadrilha, isso apenas deixa transparecer a ousadia dos membros da bancada ruralista em manter seus latifúndios ilegais. Mas antes de comentar as táticas inescrupulosas dos ruralistas é necessário compreender minimamente como e porque ocorreram essas CPIs.

#### 3.1.1 CPI do CIMI

Sendo o Mato Grosso do Sul um dos estados mais importantes para o agronegócio brasileiro não é motivo para espanto ele ter sido o primeiro na tentativa de judicializar as ações de retomada, focando dessa vez não diretamente nos indígenas, mas no CIMI entidade que sempre prestou grande apoio à luta indígena dentro e fora das retomadas.

A CPI foi criada no dia 18 de setembro de 2015 com o objetivo de investigar “às suspeitas de atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em atos de incitação e financiamento de invasão de propriedades particulares por indígenas no Mato Grosso do Sul”. Proposta pela deputada estadual Mara Caseiro (PSDB). O relatório final foi entregue em maio de 2016 pelo relator deputado Paulo Correa com as supostas provas do incentivo do CIMI às “invasões de propriedade privada” e com o pedido de

Abertura de processo investigatório na esfera criminal contra todos os ex-presidentes do CIMI no período que vai de 1990 a 2016, período de apuração do presente CPI, em que se constatou, como visto acima, uma participação efetiva do órgão na incitação à violência e invasão de propriedades particulares. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016)

Tanto o relatório final quanto o andamento da CPI foram cheios de erros e vícios, sempre tendendo para o lado da bancada do agronegócio. Um exemplo desta prática foi a sessão para votação do relatório final que durou 5 minutos e 48 segundos e não permitiu o registro de votos contrários ao documento.

Já nas primeiras páginas do relatório fica claro quem é que o relator está defendendo como se pode ver no seguinte trecho:

De um lado os indígenas crendo ser viável e possível a demarcação de territórios supostamente tradicionais. De outro, produtores rurais que não se conformam com o processo expropriatório de suas áreas, tendo em vista que são detentores de justo e legítimo título de suas propriedades, há muito, muitíssimo tempo. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016. Pag. 14)

É importante destacar que em todo o relatório é usada a expressão “pretensamente” para se dirigir as terras indígenas, sempre são terras “pretensamente tradicionais”, “pretensamente indígena” e até se referindo aos indígenas como “supostamente indígenas” numa tentativa de deslegitimar a identidade dos indígenas que reivindicam suas terras.

Outro ponto que chama a atenção neste relatório é o discurso universalizante frente a situação social e econômica dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul com afirmações como:

Ora, é sabido e ressabido que justamente pela falta de assistência da FUNAI os indígenas não possuem condições decentes de vida, pelo contrário, na maioria dos casos é de inaceitável miséria a situação verificada nas aldeias e reservas. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016)

Todos que conhecem minimamente a situação dos povos indígenas do MS sabem que as etnias da região se encontram em situações completamente diversas, até o andamento dos processos de demarcação de terras é completamente diferente entre os Terenas, os Guarani-Kaiowa, os Kinikinau e os Kadiweu. As retomadas Terenas costumam ter condições melhores que as dos Guarani-Kaiowa, e usar tal discurso universalizante só confirma a visão romantizada e com falta de embasamento teórico. As retomadas de terra Terena, principalmente as da região de Buriti, costumam ter uma estrutura maior que as tekohas dos Guarani-Kaiowa da região de Dourados. Durante a retomada da fazenda Buriti os Terenas tinham apoio estrutural das aldeias próximas onde ficavam as crianças e idosos e que forneciam água e alimentos.

Um remanescente do sentimento de tutela também é facilmente percebido no texto do relatório, pois é sempre colocado que o nível de organização necessário para mobilizar uma retomada não é algo comum para os indígenas do MS, tendo uma visão desumanizadora e preconceituosa dos indígenas, os encarando como incapazes de se defender. É colocado também que o *“sentimento de que não seria possível resolver o problema da demarcação de terras indígenas pela via da legalidade”* foi colocado nos indígenas pelo CIMI. A desconfiança em relação à autonomia dos indígenas é tanta que é afirmado no relatório que eles nunca conseguiriam se organizar de forma independente. São inúmeras páginas do relatório que comprovam esse sentimento de tutela. Para ilustrar escolhi os dois seguintes trechos:

Como dito, analisando-se a situação das comunidades indígenas no país, e notadamente o Mato Grosso do Sul, não é factível imaginar que essa estrutura e organização sejam decorrentes de atos especificamente praticados pelos indígenas.

Esse tipo de pensamento, de contestação, não é da natureza dos indígenas e não parece factível que essa conduta tenha surgido espontaneamente, sem qualquer tipo de interferência. E quando se analisa os demais documentos dos autos, notadamente os planos de trabalho desenvolvidos pelo CIMI é possível

constatar que o fornecimento de orientações aos indígenas, inclusive assessoria jurídica, certamente influenciou para esses posicionamentos questionadores a partir do ano de 2001 e notadamente agora, em período mais recente, em que as invasões de terras se tornaram insuportavelmente frequentes. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016. Págs. 19-20)

É perceptível também como os deputados da bancada ruralista não conseguem conceber que existem indígenas formados na universidade e com plena capacidade de elaborar documento e de se defender em questões judiciais. As lideranças indígenas escreveram uma carta aberta para a presidência da república reclamando da inação do poder público nos processos de demarcação de terras indígenas o que vem acirrando ainda mais os conflitos agrários no Brasil, na visão do relator da CPI esta carta não poderia ter sido escrita pelos próprios indígenas, como podemos ver no seguinte trecho do relatório:

Conclusão ainda importante a respeito da carta aberta acima mencionada é quanto ao seu teor e forma de elaboração. Por certo que não fora elaborada sem quaisquer ou maiores cuidados, muito menos com ausência de técnica jurídica. Trata-se de redação escorreita, técnica (jurídica), com perfeita concatenação de ideias, enfim, demonstração de se que está a tratar conscientemente do tema. (Relatório Final da CPI do CIMI. Pag. 41)

Quando se duvida da capacidade de escrita técnica dos indígenas se ignora a existência de Terenas como o Paulo Fernandes<sup>16</sup> que é advogado e atualmente cursa doutorado em antropologia social no Museu Nacional-UFRJ (uma das instituições de maior renome na área da antropologia no Brasil). Mais uma vez temos o sentimento de tutela que acredita que outros seriam responsáveis pelas atitudes tomadas pelos indígenas e uma visão estereotipada dos indígenas e de suas potencialidades.

Nas considerações finais o relator faz uma afirmação que revoltou a população de Buriti e a mim. Como foi dito anteriormente, Oziel Gabriel Terena foi morto com um tiro de arma fogo disparado pela polícia federal no dia 30 de maio de 2013, sua morte causou grande comoção entre os povos indígena no Brasil e deu ainda mais folego na luta nas retomadas. Tratando sobre o

---

<sup>16</sup> Nome alterado para manter a identidade e segurança.

assassinato de Oziel o relator da CPI deputado Paulo Correa pede a responsabilização de membros do CIMI pelo ocorrido.

Da análise dos documentos e provas do processo, sou ainda forçado a concluir que membros como Flávio Machado, Rui Marques Oliveira e Irmã Joana, e todos os demais que estiveram presentes na reunião realizada na noite anterior à tentativa de desocupação da Fazenda Buriti, devem ser responsabilizados pela morte do indígena Oziel Gabriel. Isso porque fora justamente aquele incentivo, aquelas palavras supostamente confortadoras proferidas em um momento no mínimo inoportuno, que serviram de mote propulsor para a resistência dos indígenas ao cumprimento da ordem de reintegração de posse. (Relatório Final da CPI do CIMI, 2016. Pag. 202)

É no mínimo desonesto acusar o CIMI, organização que sempre prestou grande apoio aos indígenas, pela morte (ou pela participação nela) de Oziel Gabriel, o protagonismo nas retomadas sempre foi (e sempre será) dos indígenas, o CIMI assim como outras organizações apenas prestam seu apoio e se mostram sempre presentes e dispostas a ajudar nas dificuldades. Além deste discurso retirar toda a culpa da polícia federal, que disparou contra Oziel, e do poder público que trata com grande morosidade os processos de demarcação levando os indígenas a realizarem as retomadas, ainda – de certa forma – culpabiliza Oziel e os outros indígenas pelo assassinato.

Quando não conseguem criminalizar os indígenas atacam as instituições de apoio, como me disseram em Buriti “*quando não se vence na bala, se ataca na caneta*”.

### **3.1.2 CPI FUNAI/INCRA**

A CPI para analisar as ações da FUNAI e do INCRA nos processos de demarcação de terras indígenas e quilombolas ocorreu duas vezes na Câmara dos Deputados, pois durante o primeiro prazo aberto para a realização da CPI os deputados da comissão especial não conseguiram concluir os trabalhos e apresentar um relatório final.

O relatório final, escrito pelo deputado federal Nilson Leitão (PSDB/MT), foi divulgado no dia 3 de maio de 2017 e possui 3.385 páginas. A data de lançamento e a enorme quantidade de páginas me impede de fazer uma análise

aprofundada e até de ler o documento por inteiro, mas numa leitura mesmo que superficial é possível ver a tentativa de criminalização de lideranças indígenas, antropólogos e organizações que prestam apoio à causa indígena, incluindo e acusando – novamente – o CIMI.

As acusações feitas no relatório final resgatam o velho ditado popular que diz que “é cômico para não ser trágico”, pois são mais de 3 mil páginas de acusações graves contra pessoas que vão de encontro aos interesses do agronegócio brasileiro, representado no congresso nacional pela bancada ruralista. Acusa os antropólogos que trabalharam no processo de redefinição de limites da TI Buriti (todos inclusive constam nas referências bibliográficas da presente monografia) de incitação ao crime, falsidade ideológica e formação de quadrilha, respectivamente os artigos 286, 299 e 288 do código penal brasileiro. O artigo 288 do código penal possui a seguinte redação:

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência)

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência)

Constituição de milícia privada (Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: (Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos. (Incluído dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

Afirmar que antropólogos, convidados pela FUNAI para realizar um estudo de demarcação de terras, estão cometendo o crime de formação de quadrilha para ajudar “falsos índios a invadir propriedades privadas”. Outro absurdo foi o indiciamento de um servidor do INCRA falecido em 2008, assim como de outras 119 pessoas que nem ao menos foram ouvidas pela comissão especial. No

relatório consta até declarações de repúdio a Organização das Nações Unidas (ONU), afirmando que “mais parece uma confederação de ONGs do que uma organização que reúne estados soberanos”.

A situação atual da FUNAI já é de calamidade, pois com o corte orçamentários realizado em 2017 a entidade possui pouco mais de R\$ 500 milhões para atender mais de 800 mil indígenas no Brasil todo. Na 10ª Assembleia Terena (ocorrida após o lançamento do relatório) uma representante da FUNAI relatou para os presentes que com o orçamento atual a entidade mal consegue se manter aberta até o final do ano, sendo praticamente impossível a realização de saídas de campo para a realização de perícias antropológicas/históricas para demarcação de terras indígenas. Apesar de todos os problemas de funcionamento e de formulação de políticas e programas, a FUNAI ainda é a instituição responsável pelo processo de demarcação das terras indígenas no Brasil. Se com um orçamento maior e sem sofrer tamanha perseguição política os processos de demarcação já não andavam, agora a situação poderá se tornar de inoperância total.

Tanto a CPI como seu relatório final demonstram quais os interesses da bancada ruralista sobre a questão indígena e a questão agrária no Brasil, Nilson Leitão disse em entrevista que:

“O que nós sugerimos é uma nova roupagem para a FUNAI, que seria talvez uma secretaria nacional do índio. O que nós queremos é que tudo que trate de índio esteja numa estrutura só grande, forte, competente, não como a FUNAI funciona hoje, apenas preocupada com demarcação<sup>17</sup>”

Essas tentativas de judicialização dos indígenas e seus aliados são mais uma tentativa de deslegitimar os atores envolvidos na luta e de justificar a não demarcação das terras indígenas, os ataques aos povos que retomam suas terras e o avanço da fronteira agrícola sobre terras de ocupação tradicional.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-05/indigenas-protestam-na-camara-contra-relatorio-da-cpi-da-funai-e-incra-2> (acesso em 26/06/2017)

### 3.2 Participação na Política Institucional

Como já foi colocado anteriormente, a atuação dos Terenas no âmbito político ocorre em duas frentes: no meio institucional (luta pelo que é legal) e na resistência guerreira (luta também pelo que é justo). Essa participação na política institucional, a cogestão estatal indígena, é uma estratégia utilizada nos poderes executivo e legislativo a nível municipal, estadual e federal. A indicação de indígenas para cargos comissionados na FUNAI já foi até motivo para ocupação de prédios públicos e fechamentos de ruas, e as campanhas para candidatos indígenas costumam gerar grande mobilização nas aldeias Terena.

A estratégia de eleição de candidatos indígenas vem ganhando espaço nos últimos anos em diversas etnias. Em 2008 foram 350 candidaturas indígenas no país com 78 eleitos<sup>18</sup>; em 2012 foram 98 indígenas eleitos<sup>19</sup>; já em 2016 foram 1532 candidaturas indígenas com 114 eleitos<sup>20</sup>. As candidaturas indígenas foram lançadas pelos mais diversos partidos, inclusive por alguns que compõem a bancada ruralista, e as motivações que levaram esses indígenas a disputar um cargo no legislativo também são diversificadas.

A defesa de candidatos indígenas foi feita de forma contundente por diversas lideranças durante o Acampamento Terra Livre (ATL) (sobre o qual falarei mais à frente), ocorrido em Brasília em abril de 2017, porém tal proposta divide opiniões a nível nacional. Não existe um consenso sobre prática a tanto a nível interétnico como dentro de algumas aldeias, a exemplo do manifesto apresentado e entregue pelos Kaingang durante o evento.

O incentivo ao “voto étnico” é algo forte dentro das aldeias Terena como pude observar em Buriti (durante meu trabalho de campo), na aldeia Bananal da TI Taunay (durante a IX Assembleia Terena), e também é observado na aldeia de Cachoeirinha

---

<sup>18</sup> Disponível em [http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est\\_result/resultadoEleicao.htm](http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm) (Acessado em 11/05/2017)

<sup>19</sup> Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/cresce-numero-de-indigenas-eleitos> (Acessado em 11/05/2017)

<sup>20</sup> Disponível em [http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site\\_id=975&pagina\\_id=21862&tipo=post&post\\_id=638](http://radioyande.com/default.php?pagina=blog.php&site_id=975&pagina_id=21862&tipo=post&post_id=638) (Acessado em 11/05/2017)



Os Terenas de Buriti foram, de certa forma, vanguarda desse processo tendo eleito em 2008 o vereador Rodrigues (PT) e em 2012 e 2016 o Professor Eder (PMDB), vereador mais votado na cidade no pleito de 2016 e atual presidente da casa. Atualmente dois dos nove vereadores de Dois Irmãos do Buriti são indígenas Terena, sendo o Professor Eder (PMDB) o representante da aldeia Buriti.

A aldeia Buriti usa a eleição de candidatos indígenas como estratégia para utilizar a verba pública do município para suas necessidades, como construção de escolas, postos de saúde e reformas dos espaços de lazer da aldeia. Em diversos momentos me afirmaram que *“o compromisso do Eder é com os Terena, com a aldeia, não com o partido”*, mostrando uma confiança muito grande de que Eder não usaria os Terena como “massa de manobra” ou “trampolim político”.

O apoio a candidatos (indígenas ou não) nas eleições municipais é normalmente amplamente debatido na aldeia Buriti e o programa de campanha dos candidatos indígenas costuma ser construído tendo por base as reivindicações dos habitantes da aldeia, de forma que a construção do mandato se de minimamente pela base que é muito cara aos Terenas em geral.

A participação da política institucional é um ponto que causa discordâncias entre os indígenas, pois alguns acham que é necessário ocupar esses espaços de poder oficial enquanto outros acreditam que a luta deve ocorrer por fora do estado. Mario Ney Salvador, indígena Terena doutorando do curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sintetiza isso da seguinte forma:

Talvez um dos grandes dilemas do Movimento Indígena seja justamente a busca pela autonomia versus reconhecimento da autoridade do Estado e a busca constante por fazer parte deste estado ou mesmo do sistema, como por exemplo a ocupação de cargos políticos. (SALVADOR, 2016. Pag. 299)

### 3.3 A Organização Indígena pela Base

O processo de resistência começa com a tomada de consciência sobre a situação na qual se está inserido, já a ação direta tem seu início na organização de base insatisfeita com a situação. Nenhuma etapa de uma retomada de terras é decidida e realizada por uma única pessoa, a luta sempre é coletiva assim como o sentimento de pertencimento a terra que é o fator central que leva as retomadas de terra.

O cacique “guia” a retomada com base no que é discutido na aldeia, sua atuação é estratégica no momento do conflito e não costuma ter base autoritária pois “o chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma – verdadeiro lugar do poder – que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe” (CLASTRES, 2003 [1974]). O processo de retomada evidencia a negação da liderança autoritária e impositiva, e da centralização do poder política em um único indivíduo, pois o que torna um Terena um chefe é a sua base política.

Tendo isso em mente fica clara a necessidade de entender como a base Terena se organiza localmente e nacionalmente, suas entidades, espaços deliberativos e até grupos opositores dentro da própria etnia. Farei um breve histórico sobre a organização dos povos indígenas no Brasil dos anos 70 para cá e como isso influenciou a criação do Conselho do Povo Terena, entidade de base com grande representatividade.

A resistência ao avanço do capitalismo acompanha os povos indígenas desde sempre, porém nos anos 70 a partir das assembleias indígenas regionais e nacionais apoiadas pelo CIMI (BALTAZAR, 2013) que o movimento começa a tomar um corpo organizativo mais definido. Nestas assembleias surgia uma solidariedade entre diferentes povos ao perceber que eles passavam por problemas parecidos. Nesta mesma década se tem um avanço do desenvolvimento na região amazônica acirrando o contato interétnico na região de uma forma nem um pouco pacífica, como é colocado por Paulo Baltazar:

Essa mudança na vida social dos povos indígenas obrigou a retirada do lugar tradicional e transferência para outros lugares o que afetou e modificou profundamente o modo de viver. As construções de usinas hidrelétricas e as

instalações militares resultaram em uma extrema violência na vida sociocultural de diversos povos indígenas. (BALTAZAR, 2016. Pag. 268)

Tais fatores ajudaram a impulsionar e a articular assembleias e organizações indígenas de base para que o processo de resistência e enfrentamento fosse feito de forma coletiva, com a participação de diferentes povos e construção de uma pauta comum. Durante os anos 80 (principalmente após o fim da ditadura militar) várias federações indígenas surgem pelo país e algumas delas inclusive tem atuação central na luta pela garantia dos direitos indígenas na constituição federal de 1988.

Uma organização que merece destaque é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), que foi fundada durante uma assembleia indígena em 1989 e abrange os seguintes estados: Acre; Amapá; Amazonas; Maranhão; Mato Grosso; Pará; Rondônia; Roraima e Tocantins. A COIAB continua a ser uma das principais organizações indígenas no país e a tocar importantes lutas em prol dos povos que residem na Amazônia Legal.

Na atualidade a principal organização indígena do país é a APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que nasce como resultado da articulação do movimento indígena chamada de Fórum Indígena Nacional de Lideranças Indígenas, durante o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2005 no abril Indígena (BALTAZAR, 2013). Fazem parte da APIB as seguintes organizações indígenas regionais: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Comissão Guarani Yvyrupa.

Atualmente a APIB organiza a Mobilização Nacional Indígena e o ATL, que ocorrem em abril anualmente. O acampamento ocorre em Brasília e costuma durar cerca de uma semana na qual as lideranças indígenas debatem as pautas prioritárias do movimento e da APIB, repassam informes sobre a situação em diferentes regiões do país e cobram dos poderes executivo, legislativo e

judiciário a efetivação de seus direitos. Normalmente o ATL conta com a presença de 500 a 1200 lideranças indígenas, porém após a PEC 215 (que muda as regras de demarcação de terras indígenas) houve uma maior adesão da base indígena e de localidades que não estavam inseridas de forma mais profunda no processo de mobilização nacional fazendo com que o último ATL (abril de 2017) contasse com a presença de cerca de 4.600 indígenas de mais de 200 etnias de todas as regiões do Brasil.

A organização de base dos Terenas é o Conselho do Povo Terena, a entidade está presente em quase todas as aldeias, tem a participação de diversas lideranças e grande reconhecimento da base. O Conselho Terena integra a APIB e tem assento na Organização das Nações Unidas (ONU) o Conselho é, em suas próprias palavras:

É organização tradicional indígena formado por lideranças indígenas que nos últimos anos fizeram o enfrentamento na luta pela demarcação de terras indígenas. Além das grandes assembleias, o Conselho Terena tem atuado na defesa judicial dos direitos dos povos indígenas. (CONSELHO TERENA, 2016)



Figura 1 – Símbolo do Conselho Terena

Como em qualquer outro lugar, não existe uma visão hegemônica entre os Terena sobre como deve ocorrer a relação com o Estado e o processo de resistência (e se o mesmo deve ocorrer). Os grupos locais divergem sobre que tipo de alianças devem ser feitas com o governo, em qual momento e sobre

pontos nos quais se pode ceder. As discordâncias internas e o individualismo fizeram com que certas lideranças Terena compusessem um outro espaço de articulação com objetivos extremamente diferentes: O Fórum de Caciques do Mato Grosso do Sul.

O Fórum de Caciques é uma entidade que reúne 8 etnias do estado do MS e que faz forte oposição as pautas e ações do Conselho Terena o que, na maior parte das vezes, significa apoiar o governo do estado e suas ações. Algumas lideranças afirmam que o Fórum deve ser encarado como uma dissidência do Conselho Terena. As principais críticas do Conselho ao Fórum são as alianças com membros da banca ruralista como com a deputada estadual Mara Caseiro (PSDB) e o deputado federal Carlos Marun (PMDB), que – entre outras coisas – articularam a nomeação do Coronel Reformado do exército Renato Vidal Sant’Anna para o cargo de administrador regional da FUNAI de Campo Grande.

A nomeação do Coronel Sant’Anna é um exemplo das divergências entre o Conselho e o Fórum. A nomeação ocorreu uma semana antes do início da IX Grande Assembleia do Povo Terena (falarei sobre a Assembleia à frente) e levou a uma ocupação do prédio da FUNAI na capital, impulsionado pelo Conselho. Durante a cerimônia de abertura da assembleia foi deliberado que parte dos patrícios iriam se retirar da assembleia para dar apoio a ocupação em Campo Grande. Foi montada uma escala de pessoas para viajar para capital a cada dois dias para evitar o esvaziamento da ocupação e um carro foi colocado à disposição para o trajeto.

Em oposição ao Conselho Terena, o Fórum de Caciques apoiou a nomeação do Coronel para o cargo e o convidaram a participar de seu encontro (que ocorria ao mesmo tempo que a Grande Assembleia Terena) para mostrar seu apoio e apresentar algumas reivindicações. Os membros do Conselho Terena encaram o Fórum de Caciques como uma entidade que existe para “dar aval” as ações do governo do estado sobre a questão indígena, o fórum conta inclusive com a participação e apoio de Silvana Terena (atual Superintendente de Assuntos Indígenas de Mato Grosso do Sul) que também é acusada pelos participantes do Conselho de “andar junto com o inimigo”.

Várias acusações são feitas contra o Fórum de Caciques, em sua maioria elas apresentam muito mais um desvio moral que criminoso. Um exemplo foi a denúncia que alguns participantes do Conselho Terena vieram fazer para mim de que os participantes do encontro do Fórum haviam viajado de avião, estavam hospedados em um dos melhores hotéis da cidade, recebendo uma diária de R\$ 2.500 para participar do encontro. Nenhum dos fatos retratados é ilícito, mas é moralmente condenável para parte da base. Creio que não cabe a mim fazer juízo de valor sobre as organizações Terena, mas sim analisar como se dá a relação dessas duas organizações com as suas bases.

Antes de continuar a analisar as diferenças entre as organizações se faz necessário dar uma maior explicação sobre o que é a Grande Assembleia do Povo Terena - Hánaiti Ho'únevo Terenoê. A Grande Assembleia “ressurge” em julho de 2012 na TI Taunay/Ipeg após 117 anos sem ocorrer. Digo “ressurge” pois de acordo com os anciões esse encontro entre as lideranças e os Terenas de diferentes aldeias era algo comum em “tempos antigos”, além disso nos anos 70 foram surgindo várias assembleias indígenas (como foi dito anteriormente) e o povo Terena ainda não tinha organizado instância própria.

A Assembleia é um espaço de discussão e tomada de decisões sobre assuntos como educação; saúde; processo de demarcação de terras; retomadas de terras, e claro de confraternização e celebração de sua cultura. Mario Ney Salvador traz a definição da Grande Assembleia da seguinte forma:

A Grande Assembleia Terena é uma proposta reconfigurada e ampliada das reuniões Terena visando fortalecer os laços interétnico, fazer ouvir a voz Terena e traçar objetivos e interesses comuns para os grupos indígenas no Mato Grosso do Sul, através da participação do movimento de base, da aproximação das lideranças, das pessoas e das aldeias uma das outras, e da luta e ação direta. (SALVADOR, 2016. Pag. 294)

A nona assembleia (a qual participei) que ocorreu na Aldeia Bananal (TI Taunay/Ipeg) entre 11 e 18 de novembro de 2016, anunciou na programação original que iriam ocorrer mesas de debate sobre território, sustentabilidade, educação e saúde, além das plenárias de abertura e encerramento. As assembleias costumam ser espaços no qual as diferentes aldeias trocam

informações mais consistentes sobre a situação local e tiram métodos comuns de atuação.

Um fato ocorrido na nona assembleia me reforçou a ideia de que a Conselho Terena tem mais representação na base indígena, durante o debate sobre territorialidade uma jovem Terena pegou o microfone para “denunciar” que seu cacique estava na reunião do Fórum enquanto a aldeia havia decidido participar da Grande Assembleia. Eles pediam ajuda para resolver o impasse com o cacique que não respeita a vontade da aldeia e com o fórum que reconhece como liderança um cacique que não tem apoio de seu povo. Essa relação ente chefe e poder é trabalhada por Clastres de uma forma que se encaixa muito bem nesta situação, colocando que:

O chefe está a serviço da sociedade, é a sociedade em si mesma – verdadeiro lugar do poder – que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe. É por isso que é impossível para o chefe alterar essa relação em seu proveito, colocar a sociedade a seu próprio serviço, exercer sobre a tribo o que denominamos poder: a sociedade primitiva nunca tolerará que seu chefe se transforme em um déspota. (CLATRES, 2003 [1974])

Uma entidade que trata caciques que são rejeitados pela própria aldeia como lideranças indígenas não consegue ter inserção real na base das aldeias, acaba não representando os anseios reais desses grupos e gerando um sentimento geral de desconfiança sobre quais os reais objetivos deles. Divergências nos seus mais diversos pontos existem no seio de qualquer organização (indígena ou não) e o objetivo da Grande Assembleia é chegar em um ponto comum no qual o foco é a luta pela sobrevivência dos Terenas. Na Grande Assembleia pude assistir um pajé e um pastor evangélico Terena rezando juntos para benzer os guerreiros que iam para a ocupação da FUNAI, mostrando que não existe um pensamento homogêneo dentro do Conselho, mas uma tentativa de lutar junto pelo que a base quer, e é isso que os diferencia do Fórum de Caciques.

As divergências entre as duas entidades são, na minha análise, inconciliáveis pois seus interesses, formas de atuação e finalidades são radicalmente diversas. O fórum de caciques não tem atuação dentro da APIB e nem reconhecimento desta como entidade representativa dos indígenas do Mato

Grosso do Sul, sua atuação dentro do último Acampamento Terra Livre também foi ínfima e os caciques pertencentes ao fórum nem ao menos ficaram acampados junto as suas respectivas etnias como todas as outras participantes. Suas divergências também são perceptíveis no que diz respeito a análise da conjuntura política atual, o Conselho Terena encara o governo de Temer como uma ameaça aos povos indígenas devido sua ligação com a bancada ruralista e a maior rapidez no processo de desmonte da FUNAI, visões as quais o Fórum de Caciques discorda radicalmente ainda encarando o Governo como potencial aliado.



## Considerações Finais

Ao pesquisar as retomadas de terra dos Terenas de Buriti pude entrar em contato com um processo de resistência e de organização social pela base com o qual não estava acostumada, e que era muito mais intenso que o imaginado. Procurei relatar todos os pontos que influenciaram minhas análises e a minha compreensão dos dados obtidos em campo, desde a formação econômica do estado do Mato Grosso do Sul até a questão dos parlamentares indígenas.

É sempre importante lembrar que a luta dos Terenas é para reaver seus territórios que são deles por direito, como é colocado por João Pacheco de Oliveira:

Contudo cabe frisar que o direito dos índios é *originário*, ou seja, decorre de sua conexão sociocultural com os povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do reconhecimento pelo Estado (nem é anulado pelo não-reconhecimento), mas decorre do próprio fato da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional. (OLIVEIRA, 1998. Pag. 50)

Me esforcei ao máximo para ser fiel as falas dos meus interlocutores em campo e de relatar para eles como estava meu processo de escrita, pois duas queixas eram constantes em todos os espaços que pude estar: a primeira é o não retorno dos pesquisadores, seja este de voltar à aldeia ou de fazer a devolutiva do trabalho; e a segunda é a de manipulação de seus discursos, o que está sendo realizada principalmente pela grande mídia.

Feita a análise da importância econômica da região centro-oeste, e especialmente do estado do Mato Grosso do Sul, e comparando estes dados com aqueles de violência contra os povos indígenas é possível ver o MS como o principal centro do conflito agrário no Brasil. O estado possui a segunda maior população indígena do país e é o que mais tem casos de violência contra a pessoa indígena, mostrando a explícita relação entre o avanço da fronteira agrícola e o aumento dos índices de violência no campo.

Tratei também dos três processos de territorialização pelos quais os Terenas de Buriti passaram: o primeiro durante e após a guerra do Paraguai; o segundo com a política oficial de aldeamento do SPI; e o terceiro e atual que é a autodemarcação pelas retomadas de terras. Os dois primeiros processos de territorialização somados à morosidade do Estado no processo de demarcação de terras levaram à situação de retomada, que é o terceiro e atual processo de territorialização.

A situação de retomada, foco principal desta pesquisa, foi a resposta encontrada para enfrentar o processo de espoliação de suas terras que vem ocorrendo desde que as primeiras colônias de exploração foram estabelecidas em terras brasileiras. A realidade das retomadas é intensa, cruel e perigosa pois os ataques tanto de jagunços são constantes, além da violência policial durante as reintegrações de posse que, como foi dito, resultou na morte de Oziel Gabriel Terena.

Os métodos de repressão utilizados contra a luta indígena também se diversificaram, passando agora também por processo de judicialização da causa indígena. Representantes da bancada ruralista e apoiadores dos empresários do setor agropecuário pressionaram até que fossem criadas CPIs para “investigar a atuação de indígenas e seus apoiadores, como a CPI do CIMI na ALMS e a CPI da FUNAI/INCRA no Congresso Federal e as medidas legislativas como Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000 que pretende mudar o processo de demarcação de terras indígenas (retirando a autoridade de demarcação do poder executivo/FUNAI e passando para o poder legislativo).

Esses ataques, porém, não conseguiram impedir os processos de organização e mobilização indígena nas bases de suas aldeias, prova disso são as lutas travadas pelo Conselho Terena e a APIB e os espaços de encontro e deliberação destas entidades que são a Grande Assembleia do Povo Terena e o Acampamento Terra Livre. Apesar de divergências internas e da existência de organizações indígenas que atuam junto ao governo do estado do Mato Grosso do Sul e do Governo Federal, a organização indígena pela base vem prevalecendo e agregando cada dia mais forças na luta pela autodemarcação de territórios e pelas retomadas de suas terras de ocupação tradicional.

Reforço a análise de Andrey Ferreira de que a situação de retomada é um novo tipo de territorialização dirigido pelos indígenas com base em suas demandas e em seu protagonismo étnico. As retomadas não se resumem a questão territorial, mas são também um processo de resistência ao epistemicídio sofrido pelos Terena e ao avanço do capitalismo sobre seu território e cultura. O movimento indígena atual, apesar dos problemas internos e do dilema “autonomia versus reconhecimento do estado”, é essencial na organização indígena pela base. O Conselho Terena e a Grande Assembleia do Povo Terena são espaços essenciais para a articulação de todo o processo de resistência dos Terenas.

As análises realizadas aqui devem ser encaradas levando em conta o momento social e político atual, podendo as hipóteses aqui levantadas não ter tanta aplicabilidade em outro momento histórico. Os estudos especificamente sobre retomadas de terras, infelizmente, ainda são escassos dentro da antropologia, mesmo com a emergência deste fenômeno em território nacional desde o início do século XXI.

Espero com este trabalho poder contribuir com os estudos sobre a situação de retomada, com os estudos etnográficos dos Terenas e dar maior visibilidade à situação da TI Buriti. Tanto a situação em que se encontra o processo de demarcação de suas terras de ocupação tradicional quanto para os ataques que eles sofreram e continuam a sofrer, para que seja feita a justiça para Oziel Gabriel e Josiel Terena. *“A nossa luta continua, nem que seja até a morte”*.

## Referências Bibliográficas

ALARCON, Daniela. *O Retorno da Terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. 343 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2013.

AZANHA, Gilberto. As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas* v.2. Brasília: FUNAI, 2005.

BAINES, Stephen G. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: administrações indigenistas, mineração de estanho e a construção da autodeterminação indígena dirigida. *Revista de Antropologia*, volume 36. São Paulo: USP, 1996.

BALTAZAR, Paulo. Movimentos Indígenas. In: URQUIZA, Antônio H. Aguilera (org.). *Culturas e Histórias dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo: A Integração dos Índios Terena Numa Sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968

\_\_\_\_\_. *Do Índio ao Bugre*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

\_\_\_\_\_. *Índio e o Mundo dos Brancos*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. *Os Diários e Suas Margens: Viagens aos territórios Terena e Tukuna*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1964].

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os direitos do Índio, ensaios e documentos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e Resistência indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Mudança Cultural e Afirmação Identitária: a antropologia, os Terena e o debate sobre aculturação*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2002. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, MN-PPGAS.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970.

\_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

GALVÃO, Eduardo. *Encontros de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JUNIOR, Aldemir Barros da Silva. A Retomada de Terra Indígena Xucuru-Kariri: O caso do sítio Macaco. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Índios do Nordeste - Temas e Problemas VIII - Resistência, Memória, Etnografia*. Maceió: Editora da Universidade Federal do Alagoas, 2007.

LUCAS, Sônia Rocha. Tô aqui... Parece que tô Renascendo Tudo de Novo" experiências de campo sobre a retomada da terra e a retomada cultural dos acampamentos Pakurity e laranjeira Ñanderu. *Revista Ñanduty*. Nº 3. Dourados, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Jorge Eremites & PEREIRA, Levi Marques. "Duas no pé e uma na bunda": da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 1. Dourados: UFGD, 2007.

\_\_\_\_\_. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora da Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O Nosso Governo: Os Tikuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terenas de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

PIMENTA, José & SMILJANIC, Maria Inês (org.). *Etnologia Indígena e Indigenismo*. Brasília: Positiva, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. Os Índios Terena e a Agroindústria no Mato Grosso do Sul: A Relação Capital-Trabalho e a Questão Indígena Atual. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2012. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

\_\_\_\_\_. A “Hánaiti” Únevo Têrenoe” (Grande Assembleia Terena): o protagonismo indígena e suas reformulações etnopolíticas. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). *Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria de Paula. Epistemologias do Sul. *Revista Lusófona de Educação*, Coimbra, 13, 2009.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. 2010. *As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: Mobilização étnica e apropriação espacial*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

URQUIZA, Antônio H. Aguilera (org.). *Antropologia e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2016.

XIMENES, Lenir Gomes. *Terra Indígena Buriti: Estratégias e performances Terena na luta pela terra*. Dissertação de Mestrado, Dourados: UFGD, 2011.

## **Relatórios e Processos**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Conselho Indigenista Missionário*. Campo Grande: 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito FUNAI-INCRA 2*. Brasília, 2017

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório – Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015. 2015

*Processo FUNAI/BSB nº 00465/9. Identificação e delimitação da revisão de limites: Grupos Técnicos constituídos pelas Portarias nº 533/PRES de 13/07/99, nº 946/PRES de 07/10/99 e nº 1.155/PRES de 13/11/00, coordenados pelo antropólogo Gilberto Azanha, 2001.*

*Relatório Figueiredo, Albuquerque Lima. 1967.*

## **Declarações**

CONSELHO TERENA. *Declaração Final da IX Grande Assembleia do Povo Terena*. Terra Indígena Bananal, 2016.

CONSELHO TERENA. *Declaração Final da X Grande Assembleia do Povo Terena*. Terra Indígena Buriti, 2017. Disponível em: <http://apib.info/2017/06/07/documento-final-da-10o-grande-assembleia-do-povo-terena/> (Acessado em 30/06/2017)

ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. *Declaração Final do XIV Acampamento Terra Livre*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/2017/04/28/o-maior-acampamento-terra-livre-da-historia/> (Acessado em 30/06/2017)

## Caderno de Imagens



Foto 2 - Dona Celina cozinhando em Buriti





Foto 3 – Decoração da Escola Indígena na Aldeia do Bananal





Foto 4 – Guerreiros de Buriti na dança do “bate-pau” (IX Assembleia Terena)





Foto 5 – Guerreiro de Buriti dançando o “bate-pau” (IX Assembleia Terena)





Foto 6 – Fechamento da BR-262 em protesto durante a IX Assembleia Terena





Foto 7 – Dança do bate-pau no fechamento da BR 262 durante a IX Assembleia Terena





Foto 8 – Mulheres e bebê Terena dançam no fechamento da BR 262 durante a IX Assembleia Terena





Foto 9 – Fechamento da BR 262 em protesto durante a IX Assembleia Terena



Foto 10 – Manifestação na Esplanada dos Ministérios durante o XIV Acampamento Terra Livre





Foto 11 – Manifestação na Esplanada dos Ministérios durante o XIV Acampamento Terra Livre



Foto 12 – Corrida ao Congresso na Manifestação na Esplanada dos Ministérios durante o XIV Acampamento Terra Livre





Foto 13 – “Um caixão para cada indígena morto em 2016”





Foto 14 – Meninas brincam na manifestação durante o XIV Acampamento Terra Livre